



澳門特別行政區 立法會會刊

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

第四屆立法會 第四立法會期 (二零一二—二零一三)
IV LEGISLATURA 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2012-2013)

第一組 第 IV-87 期
I Série N.º IV-87

Data: 19 de Novembro de 2012

Início da reunião: 15 horas

Termo da reunião: 18 horas e 3 minutos

Local: Sala do Plenário do Edifício da Assembleia Legislativa, sito nos Aterros da Baía da Praia Grande, Praça da Assembleia Legislativa.

Presidente: Lau Cheok Va

Vice-Presidente: Ho Iat Seng

Primeiro-Secretário: Chui Sai Cheong

Segundo-Secretário: Kou Hoi In

Deputados presentes: Lau Cheok Va, Ho Iat Seng, Chui Sai Cheong, Kou Hoi In, Fong Chi Keong, Kwan Tsui Hang, Leonel Alberto Alves, Ng Kuok Cheong, Tsui Wai Kwan, Chan Chak Mo, Cheang Chi Keong, Au Kam San, Wong Hin Fai, Ung Choi Kun, José Maria Pereira Coutinho, Chui Sai Peng, Leong On Kei, Chan Meng Kam, Lee Chong Cheng, Ho Sio Kam, Lau Veng Seng, Lam Heong Sang, Mak Soi Kun, Chan Wai Chi, Sio Chi Wai, Ho Ion Sang, Chan Melinda Mei Yi e Tong Io Cheng.

Deputados ausentes: Vitor Cheung Lup Kwan.

Convidados:

Francis Tam Pak Yuen, Secretário para a Economia e Finanças;
Karen Lok Kit Sim, Chefe do Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças;
Vitória Alice Maria da Conceição, Directora dos Serviços de Finanças;
Chan Hon Kit, Coordenador do Gabinete para o Desenvolvimento de Infra-estruturas;
Shin Chung Low Kam Hong, Subdirector dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes;
Steven Tang Sai Kit, Chefe do Departamento de Contabilidade Pública da Direcção dos Serviços de Finanças;
Florinda da Rosa Silva Chan, Secretária para a Administração e Justiça;

Cheong Weng Chon, Director dos Serviços de Administração e Justiça;

Chio Heong Jeong, Assessor do Gabinete dos Serviços de Administração e Justiça;

Ku Mei Leng, Assessora do Gabinete dos Serviços de Administração e Justiça;

Lam Chi Long, Chefe do Departamento de Inspeção e Contencioso da Direcção dos Serviços de Administração e Justiça;

Iao Hin Chit, Chefe da Divisão de Apoio Técnico da Direcção dos Serviços de Administração e Justiça.

Ordem do Dia:

1. Apresentação, discussão e votação na generalidade da proposta de lei intitulada “Lei do Orçamento de 2013”;
2. Apresentação, discussão e votação na generalidade da proposta de lei intitulada “Estabelece as normas fundamentais para a aplicação do direito da Região Administrativa Especial de Macau no novo campus da Universidade de Macau na Ilha de Hengqin”.

Sumário: Intervenções no período de antes da Ordem do Dia, dos Srs. Deputados Kwan Tsui Hang, Lam Heong Sang, Chan Meng Kam, Lee Chong Cheng, Leong On Kei, Mak Soi Kun, Ung Choi Kun, Ho Ion Sang, Sio Chi Wai (intervenção apresentada em seu nome e em nome do Deputado Chui Sai Peng), Chan Melinda Mei Yi, Ng Kuok Cheong, Au Kam San, Chan Wai Chi e José Maria Pereira Coutinho. Aprovação na generalidade da proposta de lei intitulada “Lei do Orçamento de 2013” e da proposta de lei intitulada “Estabelece as normas fundamentais para a aplicação do direito da Região Administrativa Especial de Macau no novo campus da Universidade de Macau na Ilha de Hengqin”.

Acta:

Presidente: Srs. Deputados, boa tarde!

Vamos dar início à reunião de hoje.

Antes de entrarmos na matéria agendada, temos catorze Deputados inscritos para fazer intervenções antes da Ordem do Dia.

Sra. Deputada Kwan Tsui Hang, por favor.

Kwan Tsui Hang: Obrigada, Sr. Presidente.

Caro Colegas:

Os grossistas do sector dos combustíveis anunciaram o aumento do preço do gás butano - 3,95 patacas por quilo em botija e 9,26 patacas por metro cúbico no gás butano centralizado. Por outras palavras, cada botija de gás registou um aumento de, pelo menos, 50 a 60 patacas.

Os combustíveis são produtos de primeira necessidade, representam mais de metade do total do consumo de energia em Macau, por isso, o aumento do seu preço tem implicações directas para os residentes e para as empresas, levando assim ao agravamento da inflação. As autoridades afirmaram já várias vezes que iam prestar atenção ao impacto das alterações dos preços dos combustíveis, bem como promover a concorrência leal, no sentido de reduzir os encargos da população. Porém, desde a transferência de poderes, ou seja, há mais de 10 anos, que as autoridades continuam sem definir mecanismos para regular a prática de cartel, que já existe há muito tempo, aliás, consideram os produtos combustíveis como produtos comerciais normais, permitem que seja o mercado a fixar livremente os seus preços, usam como pretexto o facto de não poderem intervir num mercado livre, não prestam atenção a irracionalidades, como o fenómeno do “aumento rápido, redução lenta” dos preços, e ainda descuram o forte descontentamento da sociedade.

Já em 2000, no “Relatório de estudo sobre o mercado da gasolina sem chumbo, *diesel* e gás butano”, da responsabilidade do Conselho de Consumidores, se refere, claramente, que existe monopólio no mercado de combustíveis em Macau, e exige-se a adopção de medidas de incentivo para atrair novos exploradores a entrarem no mercado, e ainda a proibição da prática de cartel no sector. No entanto, até ao momento, os serviços competentes não divulgaram quaisquer sugestões ou medidas para que seja dado o devido acompanhamento às questões de regulação e controlo. O mais importante é que, nos últimos anos, devido ao rápido desenvolvimento económico, a quantidade de produtos combustíveis importados decuplicou em comparação com a registada antes da transferência de soberania, e o mercado expandiu-se, portanto, deveriam ter aumentado a concorrência e também as opções do público. Porém, nestes últimos dez anos, não se registaram quaisquer avanços, ao nível, tanto do número de principais exploradores, como da situação de monopólio e prática de cartel. Como falta concorrência, o sector de abastecimento de combustíveis não eleva a sua eficiência, nem sequer tem motivação para procurar novas fontes fornecedoras de produtos a preços mais baixos. E o resultado desta situação é a falta de escolha para os residentes, que não passam de “queijo à frente da faca”! Perante esta situação, ficamos sem saber se os serviços competentes fiscalizam, ou não, situação que merece o nosso acompanhamento.

Como nestes últimos anos o preço do petróleo tem subido em flecha a nível internacional, os produtos petrolíferos estão em alta, afectando cada vez mais os vários sectores e a vida da população de Macau. Assim, apelo ao Governo para encarar seriamente a situação, e para rever por completo o funcionamento do mercado petrolífero e ainda os respectivos mecanismos de fiscalização. O Governo deve analisar as possibilidades de aumentar a competitividade do mercado, desde o início até ao fim da linha de fornecimento, bem como verificar se existem critérios para controlo da gestão das infra-estruturas, a fim de reduzir os obstáculos nas várias fases do fornecimento. No que se refere ao aumento do leque de escolha de

produtos, o Governo deve promover o uso da electricidade, dar seguimento ao antigo plano de utilização de gás natural, e eliminar todos os obstáculos e restrições, para que a população e as empresas, comerciais e industriais, disponham de mais opções e a preços aceitáveis.

Obrigada.

Presidente: Sr. Deputado Lam Heong Sang.

Lam Heong Sang: Obrigado, Sr. Presidente.

Há dias, cerca de 200 trabalhadores não residentes (TNR), do sector da construção civil, apresentaram uma petição junto da sede do Governo, reflectindo a sua insatisfação em relação aos cálculos efectuados pela entidade patronal - salários mal calculados, e compensações insuficientes face ao número de horas de trabalho extraordinário e de trabalho em dias de descanso semanal. Os referidos trabalhadores permaneceram no local durante muito tempo, o ambiente ficou tenso e houve mesmo confrontos com a Polícia, que tinha sido destacada para o local a fim de manter a ordem pública.

Os litígios entre trabalhadores não residentes e entidades patronais têm sido frequentes nestes últimos anos, sendo a construção civil o sector onde a situação é mais grave. No passado, também surgiam, de quando em vez, litígios sobre salários mal calculados, houve até casos de gente que “tentou saltar do alto de prédios” para “procurar justiça”. Estes litígios demonstram incapacidade e falta de fiscalização por parte das autoridades. E este caso, em particular, demonstra também que existem muitas lacunas, desde os regimes em si, até à sua aplicação, por isso, devemos resolver os problemas quanto antes, para evitar que os trabalhadores não residentes sejam as vítimas de tudo isto.

Macau é uma cidade pequena, mas tem sido frequente este tipo de conflitos. O sector laboral e a sociedade têm apelado fortemente aos serviços competentes, por mais rigor na regulação e controlo das diversas fases de importação de mão-de-obra, a resolução do caos no referido processo de importação, e a apresentação de sugestões viáveis para o aperfeiçoamento constante do mesmo, tudo com vista a proteger o pão de cada dia dos trabalhadores locais, a evitar a perda desse pão devido à importação de não residentes e, sobretudo, a violação dos direitos laborais, quer dos trabalhadores locais, quer dos trabalhadores não residentes. No entanto, há que lamentar a atitude dos serviços competentes! Concordam com as opiniões, mas continuam a actuar da mesma maneira. Uma vez que estão sempre a surgir problemas desses, e os referidos serviços não apresentam soluções adequadas para os resolver, o resultado é não conseguirem proteger os trabalhadores locais, nem os não residentes que trabalham legalmente em Macau.

Tenho que sublinhar que existem muitos problemas na importação de mão-de-obra, porque o Governo da RAEM não controla suficientemente o processo, apenas autoriza as quotas e não fiscaliza *a posteriori*. O Governo não sabe se as partes cumprem a lei e os contratos, o que só afecta directamente o seu prestígio. A não aplicação, e a aplicação errada da lei, leva ao surgimento de muitos problemas na importação de mão-de-obra, e não deve ser a sociedade a suportá-los.

Assim sendo, peço ao Governo para que retire os devidos ensinamentos dos erros cometidos, e para que diligencie no sentido

de os serviços averiguarem as causas desses erros, protegerem os direitos dos trabalhadores e implementarem medidas para que esses erros não voltem a repetir-se. Ao mesmo tempo, para que os mecanismos de importação de mão-de-obra possam regressar ao rumo certo, é preciso aplicar a lei com todo o rigor, aumentar a generalização das leis, fiscalizar com maior rigor os pedidos de importação de mão-de-obra e punir severamente as ilegalidades e as infracções.

Tenho dito.

Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Chan Meng Kam.

Chan Meng Kam: Obrigado, Sr. Presidente.

O desenvolvimento social é inevitavelmente acompanhado de diversos problemas sociais, é por isso que todos os países e territórios têm que ter um Governo para os resolver. E se o Governo conseguir resolver os problemas existentes, e ao mesmo tempo prevenir o surgimento de novos, é um Governo eficiente, que naturalmente será elogiado e estimado pelos seus administrados. Caso contrário, será criticado, e contará com cada vez mais queixas e resmungos.

Ao longo destes treze anos que se seguiram à transferência de poderes, têm surgido diversos problemas e conflitos sociais acarretados pelo desenvolvimento económico, transformando-se alguns deles em velhos problemas, precisamente por continuarem por resolver desde longa data. Por outro lado, com o desenvolvimento social, surgem novos problemas e conflitos, que exigem ao Governo a adopção de novas medidas, enquanto subsistem os tais velhos problemas por resolver. Assim, com o passar do tempo e o acumular dos problemas, velhos e novos, o Governo só pode ficar preso a um círculo de medidas paliativas, com resultados que pouco agradam à população, apesar do dinheiro despendido.

Quase todos os anos o Governo, os residentes e os Deputados, abordam a questão da eficácia na Administração Pública. Trata-se já dum problema muito antigo. Então, entre 2007 e 2009, o Governo apresentou o Programa da Reforma da Administração Pública, e vai apresentar no próximo ano um Programa de Formação. Entretanto, continuam a registar-se críticas sobre a expansão da estrutura do Governo e a baixa eficácia administrativa, tudo porque os velhos problemas subsistem enquanto surgem novos problemas.

A população, em geral, presta grande atenção a questões como a habitação, saúde, transportes públicos, etc. Depois da transferência de soberania de Macau, o sector do jogo foi liberalizado, o que impulsionou mudanças sociais rápidas. Sob o impacto de factores externos e internos, os preços da habitação em Macau não param de subir, um fenómeno que não é só de hoje. Ao longo destes anos, a economia de Macau tem beneficiado de aumentos de dois dígitos, as receitas do Governo são avultadas e, embora os recursos de solos em Macau sejam escassos, tal não significa que não se encontrem terrenos para a construção de habitação pública. Mas, mesmo perante as necessidades da população em matéria de habitação pública, o Governo optou por adiar a sua construção, e só acelerou as obras durante o 3.º mandato. Consequentemente, os velhos problemas não foram devidamente resolvidos. Mesmo com todos os esforços envidados no acompanhamento do andamento das obras,

continuam a registar-se deficiências ao nível do planeamento e da disponibilização de instalações complementares, por conseguinte, estão constantemente a surgir novos problemas.

O ciclo para todo o ser humano começa pelo nascimento, passa pela velhice e pela doença, e acaba na morte. Todos os anos falo das dificuldades e da espera prolongada no acesso aos cuidados de saúde, questão que nunca chegou a ser resolvida. Nem todos os cidadãos têm condições para aceder a cuidados de saúde no estrangeiro, e, para além disso, se ficarem doentes a meio da noite, como é que conseguem deslocar-se ao estrangeiro? Os cidadãos perguntam-me sempre porque é que tão difícil para Macau, que dispõe de tantos recursos financeiros, construir um novo hospital? Segundo alguns cidadãos, isto tem a ver com interesses adquiridos, por isso, este velho e grave problema vai continuar por resolver.

Os transportes públicos afectam a vida quotidiana de muitos residentes. Com a liberalização limitada da exploração de autocarros, o Governo introduziu novos mecanismos de competitividade, foi uma boa intenção, mas face à diferença entre as necessidades e exigências dos cidadãos, e a qualidade dos serviços de autocarros, assim como o modelo de concorrência desleal, surgiram novos problemas, sem se terem, evidentemente, melhorado esses serviços. Esses novos problemas, tais como sucessivos acidentes de viação, escassez de motoristas, aumento dos salários e do preço dos combustíveis, levaram as concessionárias a pedir aumento das tarifas. Como houve muita oposição, o Governo não autorizou esse pedido tão facilmente. Os velhos problemas dos serviços de autocarros ainda não foram resolvidos, mas já estão a surgir outros novos problemas.

No nosso dia-a-dia deparamo-nos frequentemente com novos problemas, mas também com problemas antigos, que continuam por resolver. Entendemos que o Governo deve lançar novas medidas capazes de resolver os velhos problemas e de, sobretudo, prevenir o aparecimento de novos problemas, pois, regra geral, o Governo apenas equaciona novas medidas quando algo acontece, e quando as implementa, já o problema se transformou num velho problema.

Ao fim de 13 anos do retorno à Pátria, o Governo da RAEM deve, antes de mais, reconhecer a existência dos velhos problemas que continuam por resolver, implementar, junto dos funcionários públicos dos mais diferentes níveis, a adopção de uma nova mentalidade, de novas soluções e mecanismos, bem como criar novos regimes para ultrapassar todos os problemas, tanto os velhos como os novos, dando assim continuidade à concretização do princípio “melhor servir a população e administrar para o bem-estar da população”.

Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Lee Chong Cheng.

Lee Chong Cheng: Obrigado, Sr. Presidente.

Há dias, o Chefe do Executivo apresentou o relatório das LAG para o ano de 2013. Na sua maior parte, concentrou-se nas políticas ligadas à vida da população, nomeadamente, no aperfeiçoamento da segurança social e no elevar da beneficência social, etc. Isso traz efeitos positivos e eficazes para uma melhor distribuição dos frutos decorrentes do desenvolvimento económico. Após o retorno à Pátria, e face à liberalização do sector do jogo, a economia desenvolveu-se de forma rápida, registando-se um aumento do PIB, que passou dos

47,2 mil milhões de patacas, registados em 1999, para os 292 mil milhões de patacas, no ano passado, um aumento de mais seis vezes, enquanto o aumento do PIB *per capita* passou de 118 mil patacas, em 1999, para 532 mil patacas, no ano passado, um aumento de cerca de quatro vezes. No entanto, efectuados os respectivos cálculos, a mediana do rendimento mensal dos residentes aumentou apenas duas vezes, ou seja, de 5 mil e 110 patacas, em 2001, para 10 mil patacas, em 2011. O rendimento salarial/PIB baixou de 26,19%, em 1999, para 13,82%, em 2011, uma redução de metade. Esses dados revelam uma realidade: a economia desenvolveu-se, mas os trabalhadores não conseguiram usufruir dos frutos do desenvolvimento económico através dos seus salários, o que deu origem a uma anormalidade: a desproporcionalidade na distribuição dos resultados económicos. O princípio “um país dois sistemas” visa manter inalterados, durante 50 anos, o sistema capitalista e a maneira de viver anteriormente existentes. Porque é que aquela distribuição (salário dos trabalhadores das empresas) ficou “danificada”, logo pela primeira vez, no mercado capitalista livre? Assim, os residentes de Macau não conseguiram, através da sua força laboral, usufruir dos frutos do desenvolvimento económico.

Esta realidade, acrescida do caso Ao Man Long, que reflecte o fenómeno de corrupção existente a nível dos membros do Governo, conduz, na sociedade, a uma atitude de hostilidade para com os ricos. Além disso, a expectativa de distribuição dos “rebuçados” pelo Governo enfraquece a vontade de progresso social, o que resulta num impacto de longo prazo na população de Macau, nomeadamente nas novas gerações.

Ademais, o crescimento económico acarreta a elevação do preço dos produtos, designadamente dos imóveis, cuja subida ultrapassa já a capacidade económica dos cidadãos, que contam apenas com os salários auferidos, os quais, apesar dos aumentos, têm estado a ser mordiscados pela inflação. Tal como referiu o Chefe do Executivo, mesmo que não mais do que 40% dos rendimentos familiares sejam utilizados para suportar os encargos com a amortização da casa, e com a actual situação de juros baixos, nada garante que os preços dos imóveis não subam. É evidente que eu apoio todas as medidas que o Governo adopta para o controlo da subida dos preços. Sugiro então que, para além do controlo dessa subida, se actualize o nível dos salários dos trabalhadores, para que todos os cidadãos possam ser beneficiados, ou seja, o fruto do crescimento económico possa ser gozado através das receitas vindas do trabalho.

Embora actualmente a taxa de desemprego em Macau seja baixa, isto é, há uma situação de quase pleno emprego, com a existência de mais de 100 mil trabalhadores importados, o direito ao trabalho dos nossos residentes não está devidamente protegido, e ainda é frequente verificarem-se conflitos entre as partes patronal e laboral. Como cidade internacional, Macau implementou normas para a aplicação do regime de índice mínimo de subsistência, para salvaguarda dos interesses dos grupos mais carenciados, só que ainda não activou o processo legislativo sobre o “salário mínimo”, um regime que permitirá salvaguardar os interesses de todo o sector laboral. É reconhecido o contributo que os trabalhadores oferecem à sociedade, portanto, é preciso garantir que não sejam ignorados ou explorados. Neste contexto, o Governo deve aproveitar o actual progresso económico, em que as partes, patronal e laboral, dispõem de maior capacidade nas negociações salariais, para avançar já com o processo e o programa legislativo relativo à lei do salário mínimo, a fim de salvaguardar os justos interesses de todos os trabalhadores.

Obrigado.

Presidente: Sra. Deputada Leong On Kei.

Leong On Kei: Obrigada, Sr. Presidente.

No recente 1.º Plenário do Comité Central, do 18.º Congresso do Partido Comunista Chinês, Xi Jinping foi eleito para o cargo de Secretário-Geral do Comité Central. No seu discurso, este novo dirigente alertou para a necessidade de o Partido se manter atento, no esforço de combater a corrupção, as ideologias, a burocracia e outros problemas. O Governo da RAEM também deve estar atento, para aumentar o sentido de integridade dos funcionários públicos e alterar o seu modo de proceder, que se limita ao cumprimento das obrigações. O Secretário-Geral revelou também a atenção dispensada aos jovens, pelos dirigentes do nosso país, ao esperar que estes possam ter uma educação melhor, um crescimento, um trabalho profissional e uma vida ainda melhores.

De facto, os jovens serão os donos da nossa sociedade e o rápido crescimento económico de Macau, dos últimos anos, trouxe-lhes oportunidades e desafios. Porém, segundo um inquérito à competitividade dos jovens, realizado no ano passado por uma associação juvenil de Macau, mais de 40 por cento dos inquiridos não concorda com a importação de quadros profissionais, por causa da concorrência, e 60 por cento afirma que não tencionam ir trabalhar noutra local. Os resultados do inquérito revelam que com a rápida integração regional os jovens de Macau estão sujeitos ao impacto da concorrência vinda do exterior, sendo fraco o seu sentido de competição, o que representa um problema potencial para o desenvolvimento a longo prazo de Macau. Assim, uma das tarefas importantes do Governo, na área da juventude, é aumentar a competitividade da nova geração dos nossos jovens e formar mais quadros qualificados, para corresponder à política de diversificação económica definida pelas autoridades. O Governo deve lançar medidas eficazes para que os jovens possam desenvolver os seus talentos, aumentando as suas qualidades gerais e o sentido de competitividade. No entanto, apesar de a política para a juventude, divulgada este ano, ter apontado para esta questão, ao definir políticas para essa área, as autoridades devem considerar o lançamento de medidas adequadas para a melhoria das qualidades gerais e da competitividade dos jovens.

Um dos elementos mais importantes para aumentar a competitividade é termos um plano ao longo da vida para podermos atingir os nossos objectivos. Mas, num estudo feito aos jovens de Macau sobre o conhecimento dos seus planos de vida, apenas 7 por cento afirmou saber perfeitamente quais os planos para a sua vida; 13 por cento dos inquiridos afirmou não os possuir, e mais de 50 por cento, que o Governo não tem serviços suficientes, nomeadamente, de orientação vocacional e de apoio psicológico, para a procura de emprego e formação profissional. Mais, afirmaram que o Governo e a sociedade não têm feito o suficiente para apoiar os jovens e promover os seus planos de vida a nível profissional. Actualmente, os jovens de Macau prestes a ingressar no mercado laboral não analisam nem reflectem o suficiente sobre as suas próprias capacidades e os seus objectivos profissionais, e não têm planos para o seu futuro desenvolvimento profissional e pessoal. De facto, o Governo promoveu políticas de apoio e incentivo aos jovens para fazerem o planeamento da sua vida, mas sem resultados satisfatórios. O Governo analisou as causas destes resultados?

O Governo deve promover uma sensibilização junto dos jovens, de forma faseada e de acordo com as várias faixas etárias, para

reforçar o sentido do planeamento de vida. Nos países desenvolvidos a educação para o planeamento de vida é muito comum e é feita desde muito cedo, dando aos jovens indicações e um apoio certo. O documento de consulta para a política da juventude referiu que se deve dar, com a maior brevidade, apoio e formação aos jovens, para estes tomarem as suas próprias decisões quanto ao planeamento do seu futuro. Para que os jovens possam arriscar desafios fora de Macau e para que aceitem os desafios vindos do exterior para a diversificação da indústria de Macau, vai o Governo implementar infra-estruturas, no *hardware* e *software* existentes, e criar medidas para que os jovens possam conhecer, o mais cedo possível, o seu local de crescimento e ainda as suas vantagens e os seus próprios gostos, a fim de construírem o seu futuro de acordo com os seus requisitos?

Obrigada.

Presidente: Sr. Deputado Mak Soi Kun.

Mak Soi Kun: Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

A intervenção que apresento hoje tem a ver com o reforço da execução contínua da lei e com o evitar a ocorrência frequente de acidentes de viação.

Segundo a imprensa, “o mês em que se realizou a Campanha de Sensibilização Rodoviária não foi nada seguro, uma vez que em menos de uma semana se registaram três acidentes rodoviários fatais.”. De acordo com os dados estatísticos disponibilizados, registaram-se catorze mil e cento e dois acidentes rodoviários em 2011, dos quais resultaram cinco mil e quinhentos e dezasseis feridos e doze mortos. Nos primeiros três trimestres de 2012 registaram-se dez mil e novecentos e oitenta e um acidentes rodoviários, que resultaram em três mil e novecentas e cinquenta e seis vítimas, e que envolveram vinte mil e duzentas e noventa e cinco viaturas e cento e dezanove peões, e trezentas e vinte e oito mil e trezentas e vinte viaturas violaram as leis do trânsito. Estes dados assustam-nos! Apesar das campanhas de sensibilização rodoviária, os acidentes continuam a ser frequentes. Macau é uma cidade pequena onde a densidade populacional é elevada. Se não se consegue salvaguardar a segurança rodoviária nesta cidade, como é que pode ser possível transformá-la num centro de turismo e de lazer a nível mundial? Perante o caos do trânsito, alguns residentes entendem que o Governo só “combate os sintomas mas nunca a doença”, pois só actua quando os acidentes acontecem, e não se esforça para os evitar. Já interpelei várias vezes o Governo, sobre a segurança rodoviária, nomeadamente, quanto à questão de muitos condutores não darem prioridade aos peões nas zebras, e apresentei as seguintes sugestões: quanto às passadeiras que estão colocadas em locais inadequados, o Governo deve recorrer às passagens superiores para peões, ou aos túneis, com vista a resolver a disputa pelas vias, entre peões e veículos.

Para nos inteirarmos melhor da situação do trânsito em Macau, os trabalhadores voluntários do meu escritório deslocaram-se a vários pontos críticos do trânsito, para uma pequena investigação, que se limitou a trinta minutos, com vista a fazer uma estatística científica sobre as irregularidades praticadas pelos condutores, nomeadamente, “não dar prioridade aos peões nas zebras, forçar a passagem nas zebras e parar as viaturas sobre as zebras”. Os resultados dessa investigação foram os seguintes:

Entre as 17:05h e as 17:35h, do dia 31 de Outubro, na zebra junto da paragem de autocarro do Templo de Kun Iam, na Avenida do Coronel Mesquita, caminho principal utilizado nas deslocações para a escola (Escola Secundária Hou Kong e Escola São João de Brito), 22 motociclos e 18 veículos particulares não cederam passagem aos peões na passadeira;

Entre as 18:10h e as 18:40h, do dia 1 de Novembro, na zebra junto do Edifício “Centro Hotline”, na Alameda Dr. Carlos d’Assumpção, hora de pico de saída dos empregos, 44 motociclos e 32 veículos particulares não cederam passagem aos peões na passadeira;

Entre as 12:00h e as 12:30h, do dia 2 de Novembro, na zebra junto do supermercado “Park’N Shop”, na Avenida do Almirante Lacerda, caminho principal usado nas deslocações para a escola (Escola dos Moradores do Bairro do Patane), 38 motociclos e 27 veículos particulares não cederam passagem aos peões na passadeira;

Entre as 12:30h e as 13:00h, do dia 3 de Novembro, junto da Escola dos Moradores de Macau e da rua onde se encontram muitos estabelecimentos de comida, na zona do Iao Hon, 21 motociclos e 11 veículos particulares não cederam passagem aos peões na passadeira;

Entre as 12:00h e as 12:30h, do dia 7 de Novembro, na zebra junto do mercado da Praia do Manduco, caminho usado nas deslocações ao mercado, 20 motociclos e 6 veículos particulares não cederam passagem aos peões na passadeira.

E entre as 13:35h e as 14:05h, do dia 10 de Novembro, junto do terminal de autocarros no Fai Chi Kei, 31 motociclos e 8 veículos particulares não cederam passagem aos peões na passadeira, trata-se de uma zona de bastante movimento, quer de peões quer de veículos, e onde os autocarros se concentram para a tomada e largada de passageiros.

Os dados da referida pesquisa motivam preocupações. Num intervalo de meia hora, foram muitos os veículos que não cederam a passagem aos peões nas passadeiras, o que só revela que os serviços competentes não punem os infractores com o devido rigor, que a consciência dos condutores sobre a segurança rodoviária não é suficiente, e que, por isso, esta tem de ser aumentada. Estávamos em plena fase de “Campanha de Sensibilização Rodoviária”, se o Governo se esforçasse ao nível da sensibilização dos condutores, não se teriam registado tantas infracções, não é verdade? Será que se registaram falhas e omissões ao nível da Educação Cívica? Ou será que tudo tem a ver com os dirigentes? O Governo vai rever a situação em tempo útil? Quando é que vai conseguir aumentar a consciência dos residentes sobre a segurança rodoviária?

Com o rápido desenvolvimento económico de Macau, todos os anos aumenta o número de turistas. Se a questão da cedência de passagem aos peões nas passadeiras não se resolve, proponho então ao Governo para que avise os turistas, logo nos postos fronteiriços, para o cumprimento das regras de trânsito, e ainda de que têm de ceder a passagem aos veículos nas passadeiras, senão, serão os turistas a arcar com todas as consequências; ao mesmo tempo, o Governo deve também, através das escolas, educar as crianças para atravessarem as passadeiras com cuidado, atendendo que os condutores não costumam ceder a passagem aos peões. Toda esta confusão ao nível do trânsito prejudica a imagem de Macau na sua transformação em centro mundial de turismo e lazer.

Alguns peritos, académicos e residentes, propõem ainda ao Governo que aperfeiçoe e reforce as punições, que não se limite às campanhas de sensibilização. O que é mais importante é reforçar as punições, especialmente para as infracções que já referi, por isso, o Governo deve lançar as medidas necessárias para o efeito. Deve ainda criar mecanismos rigorosos para punir os infractores, pois só assim é que será possível acabar de vez com os acidentes e com as infracções.

Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Ung Choi Kun.

Ung Choi Kun: Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

O resultado da primeira edição do “Prémio de Serviço Público de Alta Qualidade” já foi divulgado. Trata-se de um prémio para melhorar a qualidade do funcionamento e dos serviços prestados pelos departamentos públicos, com vista à implementação do princípio “bem servir a população”. A avaliação às candidaturas apresentadas pelos departamentos é feita pela Comissão de Avaliação dos Serviços Públicos e tem como critério o Regime de Reconhecimento da Carta de Qualidade e, na apreciação das candidaturas, é considerada, fundamentalmente, a eficácia com que os candidatos conseguem aumentar a qualidade dos serviços prestados. A Direcção dos Serviços de Identificação (DSI) de Macau foi a grande vencedora, e recebeu os Prémios de Equipa Distinta, de Prestação de Serviço de Qualidade e de Serviço da Linha da Frente. Segundo afirmou o Subdirector dos Serviços de Identificação, Ao leong U, a prestação de serviços com o “coração” é o factor principal na promoção da qualidade geral no departamento. Esperam que toda a equipa compreenda com o “coração” as necessidades da população sobre o serviço que lhe é prestado, e que não fique presa às normas legais. A direcção e as chefias devem também ouvir as necessidades dos subordinados e da sociedade, apoiando os seus funcionários no seu trabalho. A dedicação desta Direcção de Serviços deve ser reconhecida, assim como divulgada e promovida.

Ao mesmo tempo, há aspectos a melhorar, assim, temos de proceder a uma análise objectiva da presente avaliação. Em primeiro lugar, os serviços que participaram deviam ser abrangentes. Na presente edição houve 7 serviços premiados, mas estes serviços inscreveram-se voluntariamente, assim, os que não se inscreveram não foram avaliados. Pelo exposto, questiono: quantos serviços e entidades se inscreveram para avaliação? A presente entidade avaliadora é a Comissão de Avaliação dos Serviços Públicos, o Director dos Serviços de Administração e Função Pública é o presidente da comissão, e o júri é constituído por representantes de três instituições superiores públicas de Macau e por um representante do Centro de Produtividade e Transferência de Tecnologia de Macau. Reconhecemos o profissionalismo do júri, mas temos dúvidas quanto à sua neutralidade e objectividade. Quanto aos critérios de avaliação, de acordo com o Anexo I do Despacho n.º 69/2007, do Chefe do Executivo – Regime de Reconhecimento da Carta de Qualidade – a avaliação tem apenas menção de «favorável» ou «desfavorável» e, além disso, a própria Comissão define internamente os requisitos e o fornecimento dos dados necessários, sendo que os critérios não são quantificáveis nem públicos. Assim, temos dúvidas quanto à justiça e à avaliação científica.

A Administração Pública e os serviços públicos são importantes para a vida da população. A criação do Prémio de Serviço Público de Alta Qualidade consegue realmente surtir efeitos positivos, mas o processo pode ser melhorado. Vou propor o seguinte: 1. publicar informações detalhadas sobre os serviços e as entidades que se candidatam, os critérios/regras de avaliação, a classificação e avaliação dos candidatos, etc., em prol da salvaguarda da transparência e imparcialidade; 2. estudar e aperfeiçoar a composição da Comissão de Avaliação dos Serviços Públicos e o Regime de Reconhecimento da Carta de Qualidade, por forma a tornar o sistema de avaliação cada vez mais independente, transparente, profissional e científico, a fim de elevar eficazmente o nível dos serviços prestados pelos diversos serviços públicos e entidades. Por último, sabe-se que existem ainda insuficiências, mas deve-se apoiar e divulgar esta iniciativa junto dos diversos serviços públicos e da sociedade. Os dirigentes da Direcção dos Serviços de Identificação afirmam que “o espírito de prestar serviços com o coração” é o factor principal para elevar o nível dos serviços, não se devendo ficar apenas pelo cumprimento das normas; o pessoal dirigente e de chefia devem ouvir com o “coração” as necessidades dos subordinados e da sociedade, apoiar os colegas, etc. O Governo deve tirar conclusões e ter como referência as experiências positivas, divulgar e promover o bom estilo de servir o público com o “coração” e de elevar o espírito de prestar serviços ao público com o “coração”, por parte dos funcionários públicos, em prol da criação de um bom Governo, e também do elevar, não só das capacidades e da eficácia de trabalho dos diversos serviços públicos, como da concretização dos princípios “ter por base a população” e “um Governo transparente” e de servir melhor a população.

Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Ho Ion Sang.

Ho Ion Sang: Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

O 59.º Grande Prémio de Macau teve lugar na semana passada, e mais uma vez surgiu a mesma situação – “grande prémio na pista, grandes engarrafamentos fora da pista”. O trânsito congestionado fora das horas de ponta, e quase paralisado nas horas de ponta, durante o período do Grande Prémio, é sempre alvo de críticas da população, situação que piorou este ano. Há que referir que todos os anos a população tem sido tolerante e tem apoiado esta marca turística de Macau, mas os problemas do trânsito e do ruído mantêm-se, sem se registar qualquer melhoria, e a tendência é, pelo contrário, agravar-se, por isso, a sociedade questiona novamente a capacidade de Macau para lidar com tudo isto.

Na verdade, desde que o Governo Central liberalizou a política do visto individual, em 2003, que a economia de Macau se tem desenvolvido bastante, os rendimentos da população, a reputação da cidade e o número de turistas também aumentaram, e são mais as pessoas que se passeiam pelas ruas da cidade. Só no ano transacto, o número de turistas atingiu 28 milhões, 4 vezes mais, em comparação com há 10 anos. O grande número de turistas tem trazido benefícios para os sectores do turismo, hotelaria, comes e bebes e venda a retalho, entre outros, porém, acarretou também grave pressão para as fronteiras, trânsito, instalações turísticas, etc. A população sente igualmente que os recursos sociais estão cada vez mais reduzidos, uma vez que o consumo aumenta e tem levado ao aumento da taxa de inflação, aos preços elevados das habitações, à falta de recursos

humanos, ao rápido aumento do número de trabalhadores não residentes, e ao aumento das rendas de casa e dos custos de exploração das PME. Embora os rendimentos da população tenham aumentado, a sua qualidade de vida não acompanhou esse aumento. Todos estes problemas levam a um maior descontentamento social que, a manter-se, vai, com certeza, afectar gravemente o desenvolvimento sustentável de Macau.

Parece que o Governo da RAEM não liga importância à situação. Quanto ao alargamento da emissão de vistos individuais a não naturais, de seis cidades da China já definidas, Hong Kong, cidade que também está dependente do sector do turismo, entrou de imediato em diálogo com o Governo Central, para pedir a suspensão temporária desse alargamento e, ao mesmo tempo, encetou negociações com os serviços competentes da China, quanto à capacidade de recepção de turistas, às medidas a adoptar para assegurar essa recepção, e ao tratamento da passagem alfandegária, de modo a definir mecanismos que permitissem dar resposta à pressão. Tudo isto com vista a que os serviços competentes tivessem em consideração a situação, aquando da emissão de vistos. Isto só demonstra que Hong Kong está ciente da pressão para os diversos tipos de serviços e instalações, decorrente do elevado número de turistas. Voltemos então ao caso de Macau: “Não ter medo de nada”, é a atitude assumida pelos serviços responsáveis pelo turismo, atitude que deixa a sensação de falta de perspectivas, o que é preocupante!

Não se pode negar que a política de vistos individuais contribuiu para o rápido desenvolvimento da economia de Macau, mas também implicou custos sociais que não podemos menosprezar. Face ao elevado número de turistas, as instalações turísticas de Macau estão sobrecarregadas, e recorrer meramente ao aumento de turistas para impulsionar o desenvolvimento económico, é um modelo que só vai acarretar prejuízos para a vida da população. A indignação dos residentes em relação aos problemas de trânsito não vai desaparecer automaticamente quando o Grande Prémio terminar, pois trata-se de uma indignação que se vem acumulando, devido às dificuldades em apanhar autocarro, em encontrar lugar nos restaurantes, e ao espaço cada vez mais limitado. A população aponta o dedo ao Governo da RAEM e está desgostosa com a governação, situação que a longo prazo só vai levar ao enfraquecimento da credibilidade do Governo. Espero que este preste atenção ao problema e que avance, quanto antes, com estudos sobre a capacidade de recepção da cidade de Macau, de modo a atenuar a pressão para a sociedade. Os recursos públicos de Macau são limitados, a qualidade de vida da população vai diminuir constantemente, e Macau vai começar a afastar-se da meta de se transformar numa cidade cómoda para se viver. Assim sendo, será que vamos poder continuar a falar da meta de Macau enquanto centro de turismo e de lazer a nível mundial? Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Sio Chi Wai.

Sio Chi Wai: Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Esta intervenção é apresentada em meu nome e em nome do Sr. Deputado Chui Sai Peng.

A intervenção que apresento hoje tem a ver com o consenso chegado pelo Governo e pelos cidadãos, e que pode elevar a eficiência na concretização das acções governativas.

O Governo da RAEM anunciou, no ano passado, o desenvolvimento de um projecto turístico localizado na Praça do Lago Sai Van, com o qual pretende aproveitar a cave 1 da Praça, como ponto piloto, para, em conjugação com os elementos típicos do lago Sai Van, criar uma zona turística para diversões, alimentação e compras, acompanhada de um melhoramento das instalações complementares nas zonas circundantes. Este projecto, a ser adjudicado por concurso público, é um mercado nocturno para promover bebidas e comidas tradicionais, e *souvenirs* de Macau, a fim de elevar a atractividade turística de Macau, enriquecendo os momentos de lazer da população.

Segundo as informações do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM), durante o mês de consulta pública, a população revelou-se um pouco indiferente a este projecto, tendo apenas apresentado algumas sugestões. Nestes últimos dias, após ter sido apresentado ao público o projecto actualizado, registou-se uma quente discussão no seio da sociedade. A imprensa referiu que a população reconhece e apoia a tentativa de elevação da competitividade turística de Macau, por via do estabelecimento de um mercado nocturno, mas, quanto à sua localização na Praça do Lago Sai Van, manifestou a sua preocupação, pois pode prejudicar o ambiente de lazer e provocar a poluição desse lago.

Independentemente das causas que levaram, no corrente ano, os residentes a mudar de opinião, devemos dar atenção às opiniões do público, pois é positivo haver a sua intervenção e participação nos assuntos sociais. A maior parte dos residentes concorda com a criação do mercado nocturno, que pode contribuir para a diversificação do turismo. O que suscita debate é a sua localização.

Quanto à localização do mercado nocturno, o Governo deve recolher mais opiniões da população, comparar e proceder a análises sobre os locais e tentar escolher o melhor projecto para ser lançado. Por exemplo: há quem proponha a criação do mercado nocturno junto do Hotel Lisboa e outros entendem que pode ser construído junto do Templo de A-Má. A Zona Industrial Transfronteiriça Zhuhai-Macau é também uma das opções, por se entender que um mercado nocturno pode favorecer a cooperação regional entre Macau e Zhuhai e servir de exemplo para a futura integração das PME de Macau no Interior da China.

Várias associações já organizaram também, temporariamente, um mercado nocturno na Doca dos Pescadores, na Praça dos Três Candeeiros e na Ponte n.º 16, mas, por diversas razões, não foi possível dar continuidade ao projecto. De facto, a escolha da localização de um mercado nocturno não é fácil, porque envolve problemas de vária ordem que devem ser considerados a longo prazo, tais como, a protecção ambiental, o facto de perturbar os cidadãos, o trânsito, o planeamento do local, a distribuição dos recursos humanos dos diversos sectores, a exploração das actividades e a questão de atrair os turistas enquanto projecto turístico.

O Governo lançou, no começo do presente mandato, o conceito de “governação científica”, para que as decisões e as políticas tenham um resultado científico, e defendeu também o diálogo com a população, para mútua compreensão e confiança. No ano passado, o Governo implementou um método para a execução de consultas dos Serviços, mas, passado um ano, podemos reparar que ainda há muitos aspectos a melhorar. Além de sessões de apresentação, colóquios e sessões de imprensa, o Governo pode ainda criar uma plataforma na *Internet* para receber opiniões, sendo um meio para a população emitir, de forma aberta e abrangente, as suas ideias, com o

objectivo de conseguir um consenso mais fácil na sociedade, diminuindo os obstáculos provenientes de mal-entendidos.

A partir de agora, os trabalhos para o projecto do Lago Sai Van, e áreas abrangentes, devem ser mais transparentes. A consulta, para além de referenciar apenas a zona gastronómica e de lembranças, deve também estar em consonância com o projecto dos novos aterros. Deste modo, a população pode estar mais informada e pode haver coordenação das opiniões, tornando assim a sua recolha mais íntegra, no período de consulta.

Ao mesmo tempo, existem algumas diferenças entre o modelo do “Festival de Gastronomia de Macau” e o “Mercado nocturno de Nam Van”, no entanto, o local e os aspectos principais desse festival podem servir de boa referência. Os serviços competentes podem prolongar, de forma adequada e a título experimental, a duração do festival até às férias de Natal ou do Ano Novo Chinês, a fim de avaliar se pode ou não manter-se atractivo a longo prazo, e a realizar um estudo, com base em dados científicos, sobre o seu impacto nas zonas em redor, de modo a revelar o lema do Governo de tomar decisões com base em dados científicos e a contribuir para que o Governo e a população tomem uma decisão mais correcta.

Apoiamos a posição do Governo de prestar atenção às opiniões da população, e proponho a realização de uma segunda ronda de auscultações. Espero que a sociedade possa participar plenamente no assunto e apresente as respectivas opiniões, para permitir ao Governo formar um consenso, contribuindo para o aditamento de novos elementos turísticos e para elevar a eficiência da governação.

Tenho dito.

Obrigado.

Presidente: Sra. Deputada Chan Mei Yi.

Chan Mei Yi: Obrigada, Sr. Presidente.

Elevar a eficiência administrativa e acelerar o ritmo da construção de um mecanismo eficiente de longo prazo

Nas LAG para 2013, o Chefe do Executivo sublinhou, em especial, que a Administração irá envidar esforços nas áreas da segurança social, saúde, educação e segurança da habitação, salientando ainda que: “Para dar continuidade à elevação da qualidade de vida da população, o Governo da RAEM irá empenhar-se no estabelecimento de mecanismos eficientes de longo prazo.”. Concordo perfeitamente com o Governo, quanto à criação de mecanismos estáveis e eficientes destinados àquelas áreas, porque são matérias relativas às condições básicas de vida da população. Mais ainda, urge implementar mecanismos eficientes e de longo prazo, para substituir os provisórios, e só assim é que a população conseguirá partilhar do fruto do desenvolvimento económico e ver garantido o seu bem-estar.

A população deseja a implementação de mecanismos eficientes e de longo prazo para salvaguardar o seu bem-estar, o que tem muito a ver com a eficácia administrativa dos Serviços Públicos, só que estes sempre foram famosos em termos de baixa eficácia administrativa. Relativamente à área da saúde, sobretudo quanto à criação do Conselho para os Assuntos Médicos e à legislação da Lei do Erro Médico (trabalhos importantes para a reforma do sistema de saúde), o Governo já auscultou o público e já discutiu durante vários anos,

mas os trabalhos ainda não estão concluídos; quanto à segurança social, na resposta do dia 6 de Setembro de 2012, a propósito da minha interpelação escrita relativa a questões dessa área, foi salientado que: “O Governo da RAEM espera, até ao final do ano, poder proceder ao ajustamento do montante das contribuições e da pensão para idosos, com o pressuposto do consenso social.”. Mas, na Nota de Imprensa datada de 16 de Novembro de 2012, o Governo afirmou que: “A proposta sobre o ajustamento dos montantes das contribuições e da pensão para idosos já foi entregue ao Conselho Permanente de Concertação Social para discussão, podendo ser implementada de imediato, depois das partes laboral e patronal atingirem um consenso.”. Isto quer dizer que, até ao final do ano, não será possível ter o montante de contribuições ajustado. O facto de ter sido discutida pelo CPCS já significa que houve “consenso social”? A proposta não precisa de ser submetida a uma auscultação pública? Caso afirmativo, quando é que vai ser realizada? Existe alguma calendarização?

Podemos encontrar muitos exemplos de baixa eficiência dos Serviços Públicos. Assim, a omissão de alguns dirigentes em relação às suas funções representa um obstáculo ao desenvolvimento e ao progresso da sociedade. A situação verificada é o resultado do baixo nível de gestão na máquina administrativa e dos problemas nos regimes administrativos.

O Chefe do Executivo tem vindo a reafirmar o conceito de “governação científica”, tendo também reconhecido que a baixa eficiência administrativa já terá afectado a concretização dos projectos e ideais de governação. O Chefe do Executivo acrescentou ainda que “no próximo ano será criado o regime de avaliação da eficiência do Governo para avaliar a capacidade de execução e os resultados das medidas implementadas nos Serviços Públicos, e ainda para saber se os mesmos conseguem responder com acções concretas e eficazes, para que as políticas definidas possam surtir efeito”.

Solicito que os membros do Governo façam uma introspecção e revejam as suas insuficiências, para a Administração concretizar as promessas assumidas e para que o “regime de gestão de desempenho do Governo” seja realmente criado no próximo ano, uma vez que, ao nível da gestão administrativa pública, os mecanismos eficientes de governação de longo prazo têm a ver com a verdadeira concretização do conceito de governação científica.

É importante, sem dúvida, criar mecanismos eficientes de governação de longo prazo, para as políticas da vida quotidiana da população, mas o crucial é que estes mecanismos possam ser usados na reforma administrativa e na Administração Pública, pois se o Governo adoptar o conceito de governação científica pode então adoptar políticas que melhorem verdadeiramente a vida quotidiana da população.

Obrigada.

Presidente: Sr. Deputado Ng Kuok Cheong.

Ng Kuok Cheong: Obrigada, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

O Governo da RAEM lançou, no mês em curso, o texto para consulta intitulado “Enquadramento das Políticas Demográficas”, fixando o posicionamento dessas políticas nos próximos 25 anos.

Mas os dados utilizados são gravemente tendenciosos, o que afectará certamente os resultados a obter na consulta pública, bem como as políticas lançadas pelo Governo.

O número de residentes de Macau é apenas um pouco mais de quatrocentos mil, e o número de trabalhadores não residentes (TNR) já ultrapassa os cem mil. Ao proceder à referida consulta pública, os dados utilizados misturam o número de residentes e de TNR, o que bem demonstra a preguiça dos serviços responsáveis.

Citando um exemplo ridículo: a faixa etária entre os 20 e os 40 anos de idade abrange os residentes e os TNR e, se se proceder a uma comparação com a faixa etária até aos 10 anos, parece que se está a dar a impressão errada de que a taxa de natalidade é bastante baixa. É por isso que no referido texto de consulta é apresentada a ideia do incentivo à fecundidade. Porém, na realidade, os nascimentos estão a aumentar, cada vez mais, e há falta de serviços para cuidar de crianças, o que está a provocar muitas dificuldades e inconveniências para os pais.

O mais grave é que uma grande quantidade de TNR, na faixa etária entre os 20 e os 40 anos, foi adicionada aos residentes locais, o que, por um lado, faz com que seja subestimada a grave insuficiência de residentes dessa faixa etária e, por outro, minimiza a pressão do aumento da taxa de natalidade e da prestação de alimentos em relação aos residentes, o que vem afectar os resultados da auscultação e constituir um desvio quanto às políticas do Governo da RAEM.

Quanto à organização dos dados, apelo ao Governo que separe o número de residentes locais e de TNR, que coloque no cerne da argumentação o desenvolvimento da demografia local e transforme o número de TNR como factor variável na ponderação de políticas.

Um pouco mais de quatrocentos mil é o número de residentes locais, registado em 2011, sem contabilizar os TNR. A população local tem um aumento natural de cerca de quatro ou cinco mil por ano (diferença entre o número de nascimentos e de óbitos) e isto quer dizer que, a este ritmo, daqui a 25 anos a população rondará apenas os seiscentos mil.

É natural que no mecanismo de previsão demográfica, com índices variando entre baixo, médio e alto, a previsão em alta seja por excesso. Mas na economia há altos e baixos, o sistema financeiro internacional pode contribuir para a alteração desta estrutura demográfica e, assim, o mecanismo de previsão poderá ser positivo ou negativo. Só que, mesmo a previsão mais baixa do referido documento de consulta aponta para mais de setecentos e cinquenta mil habitantes! Deste modo, a população apenas pode pronunciar-se com base neste número. Será que o Governo quer induzir a população em erro, para que esta apoie a importação de mais mão-de-obra?

A importação de mão-de-obra pode satisfazer os pedidos dos empregadores que se queixam da falta desta, mas não vai ajudar na melhoria da qualidade de vida da população e na responsabilidade de sustentar a sociedade. O Governo da RAEM não deve induzir a população em erro quanto à política de aumento de importação de mão-de-obra em grandes quantidades, deve sim, enquanto desenvolve a cooperação regional, dar oportunidades aos locais para melhorarem a sua qualidade de vida, pelo que as políticas a aplicar nos novos aterros, nomeadamente, “terrenos de Macau destinados apenas aos seus residentes”, poderão incentivar os residentes a

continuar a desenvolver a sua vida profissional em Macau. O documento de consulta do “Enquadramento das políticas demográficas” deve ser fiel à situação actual, aproveitar as opiniões dos residentes e aplicá-las, incentivando-os a opinar sobre, nomeadamente, a melhoria da qualidade de vida e a responsabilidade de sustentar a sociedade.

Obrigado.

Presidente: Há ainda três Deputados que pediram para pronunciar-se, mas que ainda não tiveram a oportunidade para fazer a respectiva intervenção. O Sr. Deputado Ng Kuok Cheong sugeriu prolongar o período de antes da Ordem do Dia. Vamos fazer uma votação para decidir se prolongamos o referido período.

(Votação em curso)

Presidente: Aprovada.

Sr. Deputado Au Kam San, por favor.

Au Kam San: Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

A revisão da Lei de terras reveste-se de grande significado. É que com a descoberta do caso Ao Man Long, a população apercebeu-se de que esse caso de corrupção teve duas origens - uma é a concessão de obras públicas e a outra é a concessão de terrenos, especialmente esta última, porque envolve, muitas vezes, centenas de milhões de patacas, portanto, lucros ilegais gigantescos. Mais ainda, ao longo dos tempos, foram muitos os terrenos concedidos com dispensa de concurso público, os prémios cobrados também ficaram muito aquém dos valores de mercado, permitindo-se assim que os terrenos fossem concedidos, na prática, a preços de saldo, e oferecendo-se oportunidades para o aparecimento de situações de corrupção e clientelismo. Por conseguinte, desde o estabelecimento da RAEM, especialmente desde a entrada na fase de rápido desenvolvimento económico, em que os terrenos se valorizaram bastante, foram muitos os que apelaram ao Governo para rever, quanto antes, a Lei de terras, no sentido de colmatar as lacunas existentes. A revisão da Lei de terras foi agendada nas LAG para este ano, tendo o Governo assumido o compromisso de apresentar a respectiva proposta de lei no segundo semestre deste ano. Resta-nos apenas mês e meio para terminar o ano, e a dita proposta de lei ainda não foi entregue, mas na sessão de perguntas e respostas com o Chefe do Executivo, este prometeu que vai entregá-la à Assembleia Legislativa ainda este ano, para se dar início ao respectivo processo legislativo.

Qual é o problema da actual Lei de terras? Há vários anos que se fala dos diversos defeitos e lacunas da Lei de terras, por exemplo, a dispensa arbitrária, por vontade de quem está no poder, de concursos públicos para a concessão de terrenos, o que resulta numa situação de autêntica venda de terrenos a preços de saldo, e dá lugar a clientelismo, problemas que são bastante graves. Fala-se ainda da inexistência de uma Lei do Planeamento Urbano, o que origina diversos problemas, tais como alterações arbitrárias da finalidade de terrenos já concedidos, alterações da altura e área dos edifícios, “revenda” de terrenos pelos próprios concessionários, a fim de obterem lucros; e ainda a falta de normas sobre o prazo para desenvolvimento dos terrenos concedidos, que resulta no seu desaproveitamento durante longos anos, e ao problema da acumulação e ocupação ilegal de terrenos, também a fim de se

obterem lucros avultados. Todos estes problemas são alvo de grande atenção da população. É indispensável colmatar todas estas lacunas, através da revisão da Lei de terras.

São várias as razões que motivam preocupações, por exemplo, só em finais de 2010 é que o Governo apresentou à população um texto para consulta do projecto da Lei de terras, para fins de auscultação. Mas naquele texto podemos encontrar quase todas as lacunas existentes na lei vigente, o que é, de facto, bastante assustador! Utilizar aquele texto para alterar a referida lei, é o mesmo que reconhecer toda a confusão que se tem registado nos últimos anos no âmbito das terras. Foi a qualidade daquele texto de consulta que esteve na origem de uma rejeição tão forte por parte da sociedade. Se bem que a consulta pública tenha acabado em Fevereiro de 2011, a revisão da Lei de terras voltou a ficar parada. E agora, a lei revista vai ser apresentada à Assembleia Legislativa. Entendo que a revisão desta lei é urgente e temos de lhe dar especial atenção, uma vez que o objectivo é colmatar, efectivamente, as lacunas existentes na lei vigente.

Para colmatar as lacunas da Lei de terras, a sua revisão deve contemplar alguns princípios importantes, e que passo a citar:

1) A concessão de terrenos para fins comerciais deve ser sujeita a concurso público, não se podendo alegar o pretexto do desenvolvimento diversificado da economia e da sociedade para dispensa do mesmo;

2) Criação de mecanismos para os processos de auscultação e audiência pública, e até mesmo para a apreciação pela Assembleia Legislativa de todas as concessões isentas de concurso público que envolvam terrenos para fins de utilidade pública, assistencial e educacional. Devem ser impostos limites à dimensão destes terrenos;

3) Definir prazos concretos para o desenvolvimento dos terrenos concedidos, que caso não sejam cumpridos levem à declaração de nulidade do contrato e da concessão. Nestas circunstâncias, nenhum responsável do Governo pode alegar “justa causa” para tomar decisões discricionárias, com vista a ultrapassar esta regra;

4) Proibir a mudança de finalidade e a “revenda” de terrenos concedidos, situações que, a acontecerem, são consideradas como incumprimento do contrato, circunstância em que o Governo terá de reaver o terreno em causa. Quanto à alienação de quotas das empresas concessionárias, basta haver lugar a uma alienação de 50% das quotas para se considerar que há “revenda” e violação das cláusulas contratuais.

Basta ter em consideração estes princípios, aquando da revisão da Lei de terras, para se erradicarem todos os problemas com que a RAEM se tem deparado no âmbito dos terrenos, tais como a corrupção e a troca de interesses, ao mesmo tempo que se maximiza os nossos valiosos recursos de solos, sempre em prol dos interesses de Macau e do País!

Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Chan Wai Chi.

Chan Wai Chi: Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Na semana passada, depois de ter assistido à sessão de perguntas e respostas com o Chefe do Executivo, tencionava ir jantar num restaurante conhecido. Liguei, mas ninguém atendeu o telefone, e só quando cheguei ao local fiquei a saber que o restaurante já tinha encerrado. Depois, ouvi dizer que o restaurante tinha sido obrigado a “fechar portas” em virtude de o senhorio se ter recusado a renovar o contrato de arrendamento, e eu, por causa disso, também me vi obrigado a jantar num outro restaurante mais caro.

Desde a liberalização do jogo e a implementação da política de visto individual, a nossa economia cresceu muito, sem dúvida, mas em Macau regista-se, simultaneamente, uma grande inflação e insuficiência de recursos humanos, o que prejudica a qualidade de vida da população, ficando apenas uma minoria a sair beneficiada com esse crescimento.

Segundo as LAG para 2013, o Governo vai mobilizar mais de 10 mil milhões de patacas para ajudar a população, não restando dúvidas de que por causa disso mais residentes poderão sair beneficiados. Mas, se não se conseguir resolver o problema nuclear, não vai ser possível eliminar os conflitos sociais. A população continuará afectada pelos preços elevadíssimos de aquisição e arrendamento dos imóveis, tal como dos produtos em geral.

Quanto às opiniões relativas às diversas áreas das LAG, falarei disso mais tarde! Hoje vou falar sobre os problemas relativos ao PIB e ao índice de felicidade da população.

Tradicionalmente, quanto maior for o PIB, melhor é o local e também a vida da sua população. Do ponto de vista económico, a qualidade de vida de uma população que viva numa zona com um PIB elevado é melhor que a de uma população que viva num local com um PIB baixo. No entanto, será que é mesmo feliz essa população que vive num local com um PIB elevado?

O Butão é um pequeno país, cuja economia é relativamente atrasada, mas ocupa uma posição alta entre os países da Ásia, no *World Ranking* em relação à felicidade. Isto, porque este país promove o conceito de FIB (Felicidade Interna Bruta) para substituir o PIB, dando mais importância à alma do que ao dinheiro. Por outras palavras, o conceito de FIB implica nascer sem sobressaltos, viver feliz e morrer em paz. Uma forma directa e eficaz para verificar se se é feliz, é ver como repartimos as 24 horas todos os dias, e como distribuímos a nossa riqueza.

Para quem tem filhos, a compra de leite em pó e as inscrições nas creches e nas escolas são verdadeiros quebra-cabeças, depois, quando se atinge a maioridade, não é possível encontrar um bom trabalho na sociedade, à excepção de postos no funcionalismo público ou num casino, como *croupier*. A seguir, é necessário gastar 40% do salário para se tornar escravo de uma habitação, por causa das prestações do empréstimo bancário. Mais tarde, consome-se a força da vida para ajudar os filhos a concluírem os estudos universitários. Na fase final da vida, é necessário preocuparmo-nos com a cremação, o local de depósito das cinzas ou com os elevados custos do enterro, cujos serviços estão actualmente sob monopólio ou são escassos. Este tipo de vida em Macau, cidade que se tem mantido com um PIB elevado, nos últimos anos, é sinónimo de felicidade?

Para um Governo que apregoa o lema “ter por base a população”, qual é o mais importante, o PIB ou o FIB? Se o relatório das LAG

do Chefe do Executivo consegue ou não alcançar a avaliação de “satisfaz”, isso depende de o Governo conseguir ou não apresentar uma resposta para que os cidadãos se sintam felizes.

Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado José Pereira Coutinho.

José Pereira Coutinho: No dia 13 do corrente mês, o Chefe do Executivo (CE) apresentou neste hemiciclo as Linhas de Acção Governativa (LAG) para o ano de 2013, e no dia seguinte, respondendo às perguntas dos Deputados, afirmou estar receptivo à proposta de actualização dos salários da função pública, para o ano de 2013. Aliás, no dia anterior, o CE, para além de ter confirmado estar receptivo à proposta de actualização que afirmou nunca ter recebido no seu Gabinete, ainda exortou as empresas privadas para actualizar os salários dos seus trabalhadores.

Em Janeiro do corrente ano foi criada a “Comissão de Deliberação das Remunerações dos Trabalhadores da Função Pública”, que tem sido pouco produtiva, porque até a presente data somente reuniu 5 vezes. Como membro desta Comissão pouco funcional, nunca se sabe quando a mesma vai reunir, havendo meses sem que tivesse reunido uma só vez. Desta forma, os membros, que têm um mandato limitado a dois anos, correm o risco de chegar ao final de um mandato sem quaisquer resultados para implementação do mecanismo de ajustamento das remunerações dos funcionários públicos.

A última reunião decorreu no dia 9 do corrente, e foi quase totalmente dedicada à discussão e apresentação da proposta ao CE para actualização dos salários dos trabalhadores a partir de Janeiro do próximo ano. Como membro, não percebo o que aconteceu depois desta reunião. Trata-se de um “mistério”. Mais uma vez a imagem do Governo sai prejudicada por falta de transparência governativa, o que conduz à perda da credibilidade e desconfiança dos trabalhadores e dos cidadãos em geral.

Nos termos do artigo 45º, da Lei Básica, parece que o Chefe do Executivo é o dirigente máximo da RAEM, pelo que sugiro apurar as razões do não recebimento da proposta da Comissão de Deliberação das Remunerações dos Trabalhadores da Função Pública para actualização dos salários para o ano de 2013. Pelo menos a opinião pública e os trabalhadores da função pública merecem uma explicação sobre este “mistério”.

Convém recordar que devido ao atraso na apresentação da proposta de actualização dos salários para o corrente ano, neste hemiciclo, os trabalhadores da função pública ficaram prejudicados na não actualização de 4 meses de salários. Como acontece quase sempre, ninguém foi responsabilizado por estes atrasos.

Os trabalhadores da função pública e privada estão constantemente a sofrer as consequências nefastas da desvalorização da moeda local face à moeda do interior do continente. A desvalorização da pataca, face ao renminbi, contribui para a diminuição mensal do poder de compra dos trabalhadores. Por outro lado, a subida da inflação, devido ao elevado preço dos produtos monopolizados pelas empresas locais, tem contribuído para a diminuição da qualidade de vida dos cidadãos. Os trabalhadores e os cidadãos deslocam-se mais vezes ao interior do continente para consumir ou adquirir bens essenciais de consumo. Devido à constante desvalorização da moeda local, os trabalhadores e os

cidadãos de Macau têm pagar mais para comprar a mesma quantidade e qualidade dos principais bens essenciais, que são importados do estrangeiro. A qualidade de vida da maioria dos trabalhadores tem decaído, principalmente os trabalhadores das categorias inferiores. Estes trabalhadores da função pública auferem salários que são inferiores aos trabalhadores que se dedicam à lavagem de pratos (8 a 9 mil patacas) ou de um arrumador de viaturas de um hotel de 5 estrelas (12 mil patacas).

A maioria dos trabalhadores da função pública é de opinião que se proceda à urgente actualização dos salários de uma forma progressiva, cuja percentagem deve ser sempre superior para as categorias mais baixas diminuindo a percentagem em razão da categoria. Os trabalhadores das classes mais baixas têm-se queixado sempre que as anteriores actualizações não têm ajudado a recuperar o poder de compra, e que a situação se tem agravado muito deste o estabelecimento da RAEM.

A maioria dos trabalhadores das categorias mais baixas é de opinião que devem ser aumentados os actuais subsídios de residência e diuturnidades, que se encontram desfasados da realidade social. O subsídio de MOP\$1500,00, para arrendamento, deveria ser actualizado para montantes idênticos aos subsídios atribuídos aos residentes do Edifício Sin Fung, no valor de MOP\$6000,00 e MOP\$9000,00 respectivamente, para arrendamento de dois e três quartos.

Os agentes das FSM são de opinião de que o Governo deve mandar construir blocos habitacionais destinados exclusivamente ao pessoal da FSM. O Governo deve também proceder à abertura de mais concursos públicos para atribuição de moradias aos restantes trabalhadores da função pública, independentemente da forma de contratação. O Governo deve reservar terrenos destinados à construção de prédios para habitação dos seus trabalhadores. Estes são alguns dos muitos problemas que existem dentro da função pública e que necessitam de medidas e formas urgentes para sua resolução.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados:

Façam o favor de esperar um pouco no vosso lugar, enquanto o Sr. Secretário e os seus colaboradores entram no local da reunião. Vamos entrar na Ordem do Dia.

(Entrada do Secretário para a Economia e Finanças, Tam Pak Yuen, e dos seus colaboradores)

Presidente: Muito bem. Agradeço a presença do Sr. Secretário, e das demais autoridades, na reunião de hoje.

A primeira matéria agendada para hoje é a apreciação e a votação na generalidade da proposta de lei do Orçamento de 2013.

Passarei a palavra ao Sr. Secretário, que vai fazer a respectiva apresentação.

Sr. Secretário, por favor.

Secretário para a Economia e Finanças, Tam Pak Yuen: Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Presidente,

Exmos. Srs. Deputados:

O valor global da receita prevista no Orçamento da RAEM, para o próximo ano económico, é de 134 807 982 100 patacas, traduzindo-se num acréscimo de 17%, ou seja, mais 19 589 380 500 patacas, face ao valor global da receita prevista em 2012.

O acréscimo da receita orçamental relaciona-se, essencialmente, com a receita proveniente do “Imposto especial sobre o jogo” do próximo ano, integrado nos impostos directos, e que se estima vir a atingir 92 400 000 000 patacas, ou seja, mais 7 400 000 000 patacas, face ao valor da receita orçamentada em 2012; a receita fiscal a arrecadar em sede do “Imposto Profissional”, da “Contribuição Predial Urbana” e do “Imposto Complementar de Rendimentos”, estima-se num total de 4 537 040 000 patacas, representando um acréscimo de 780 347 000 patacas, face ao valor orçamentado em 2012; no que diz respeito aos impostos indirectos, a receita proveniente do “Imposto do Selo por Transmissão de Bens”, é de 1 800 000 000 patacas, com um acréscimo de 1 145 000 000 de patacas, face ao valor orçamentado em 2012, prevendo-se para o “Imposto sobre Veículos Motorizados” o valor de 1 053 000 000 de patacas, mais 211 800 000 patacas; quanto à receita proveniente dos “Prémios de Concessão de Terrenos”, inserida no capítulo dos “Rendimentos da propriedade”, estima-se em 1 251 500 000 patacas, ou seja, uma diminuição de 284 407 300 patacas, em relação ao orçamentado em 2012; no capítulo “Transferências”, prevê-se que a receita relativa à “Contribuição para o Desenvolvimento Urbano, Promoção Turística e Segurança Social”, arrecadada ao abrigo dos contratos de concessão da exploração do jogo, se venha a situar em 5 560 000 000 de patacas, ou seja, mais 460 000 000 de patacas, enquanto a venda de habitações públicas, no próximo ano, se estima em 2 713 705 000 patacas.

O valor global da despesa orçamentada para o próximo ano é de 82 576 005 500 patacas, representando um aumento de 6,7%, ou seja 5 219 781 200 patacas, face ao valor orçamentado de 2012 que foi de 77 356 224 300 patacas. O orçamento da despesa ordinária integrada do Governo perfaz a quantia de 77 985 747 100 patacas, dentro do qual, 60 073 963 800 patacas dizem respeito aos orçamentos de funcionamento e 17 911 783 300 patacas correspondem Plano de Investimentos (PIDDA), o valor orçamentado, representando um acréscimo de 12,9% e um decréscimo de 9,7% em relação ao valor orçamentado em 2012, respectivamente, de 53 198 335 300 patacas e de 19 842 769 700 patacas. Quanto ao valor global dos gastos agregados dos organismos especiais, este cifra-se em 4 896 781 100 patacas, ou seja, regista-se um aumento de 10,9% face a 2012.

Prevê-se que da receita orçamentada após a dedução da despesa orçamentada, são apurados os saldos do orçamento central no valor de em 41 080 731 400 patacas e os dos organismos autónomos em 9 528 018 600 patacas. No âmbito dos organismos especiais, o seu saldo anual traduz a diferença no valor global agregado entre a receita e a despesa, estimando-se em 1 623 226 600 patacas.

O orçamento da despesa ordinária integrada do Governo para o próximo ano é avaliado em 77 985 747 100 patacas, no qual a despesa afecta ao “Pessoal” é de 14 666 953 500 patacas, representando 18,8% da totalidade, aos “Bens e Serviços” de 11 309 769 000 patacas, ocupando 14,5% da totalidade, e às “Transferências correntes” de 19 815 820 700 patacas, sendo essencialmente disponibilizadas por:

✧ Plano de Participação Pecuniária no Desenvolvimento Económico: 4 886 000 000 de patacas;

✧ Injecção na conta individual do Regime de Poupança Central: 2 660 000 000 de patacas;

✧ Subsídio de Escolaridade Gratuita e Subsídio da Melhoria do Rácio Professores/Turma ou do Rácio Alunos/Professor: 1 893 000 000 de patacas;

✧ Pensão de Velhice e Subsídio para Idosos: 2 595 000 000 de patacas;

✧ Plano de Subvenção Temporário do Pagamento das Tarifas de Energia Eléctrica às Unidades Habitacionais: 427 000 000 de patacas;

Programa de Participação nos Cuidados de Saúde: 382 000 000 de patacas.

Considerando o orçamento da despesa ordinária integrada do Governo na óptica da classificação funcional, destaca-se o peso de cada função face ao valor do orçamento e em comparação com o orçamento de 2012:

Previdência social: 18 173 000 000 de patacas, de 23,3% da totalidade, com aumento de 22% face a 2012;

Serviços económicos: 16 311 000 000 de patacas, de 20,9% da totalidade, com subida de 34,9% face a 2012;

Educação: 10 004 000 000 de patacas, de 12,8% da totalidade, com diminuição de 13,8%, devido a uma redução de 3 656 000 000 de patacas no orçamento de 2012 para as obras de construção do novo *campus* da Universidade de Macau na Ilha da Montanha;

Serviços gerais de administração pública: 9 158 000 000 de patacas, de 11,7% da totalidade, com crescimento de 14,1% face a 2012;

Outras funções: 8 388 000 000 de patacas, de 10,8% da totalidade, com decréscimo de 12,5%, devido à diminuição considerável de 2 170 000 000 de patacas nos títulos de participação em 2013;

Saúde: 5 216 000 000 de patacas, de 6,7% da totalidade, com aumento de 17%, face a 2012;

Segurança pública: 4 877 000 000 de patacas, de 6,3% da totalidade, com crescimento de 21,2% face a 2012;

Habitação: 3 044 000 000 de patacas, de 3,9% da totalidade, com queda de 48,6%, face a 2012;

Outros serviços colectivos/sociais: 2 815 000 000 de patacas, de 3,6% da totalidade, com subida de 15,9% face a 2012.

Quanto ao orçamento do PIDDA para o próximo ano, verifica-se um decréscimo de 1 930 986 400 patacas, face à previsão de 2012, cifrando-se o seu valor global em 17 911 783 300 patacas. Desagregando por valor mais elevado, regista-se:

Infra-estruturas para transportes terrestres: 5 938 000 000 de

patacas, nas quais se destaca o sistema de transportes colectivos urbanos (metro ligeiro), de 4 641 000 000 de patacas;

Habitação pública: 2 324 000 000 de patacas;

Planeamento e desenvolvimento urbanísticos: 1 348 000 000 de patacas, destinando-se essencialmente ao planeamento urbanístico dos novos aterros, de 894 000 000 de patacas;

Projecto de cooperação transfronteiriço para exploração da Ilha da Montanha: 1 300 000 000 de patacas, nas quais 914 000 000 de patacas são disponibilizadas para o novo campus da Universidade de Macau, e 386 000 000 de patacas para a obra de construção do túnel subaquático.

À semelhança do ano económico transacto, por forma a aliviar a carga tributária que recai sobre os cidadãos em geral, propõe-se que, na proposta do Orçamento para o ano económico de 2013, seja dada continuidade à série de medidas de redução ou isenção fiscal já adoptadas em 2012. E, ao mesmo tempo, tendo por objectivo atenuar o encargo fiscal do grupo social com rendimentos médios, é ainda proposto que seja aumentada a redução da taxa da colecta do Imposto Profissional de 25% para 30%. Além disso, o âmbito da aplicação da isenção da Contribuição Predial Urbana até 3500 patacas passa a não abranger os não residentes de Macau e as pessoas colectivas. Prevê-se que a implementação das medidas de redução ou isenção fiscal acima indicadas venha a envolver cerca de 1 268 000 000 de patacas.

Exmo. Sr. Presidente, Exmos. Srs. Deputados, termino aqui a minha apresentação.

Muito obrigado a todos.

Presidente: Bom, Srs. Deputados:

Agora vamos iniciar a discussão na generalidade da proposta.

Sr. Deputado Mak Soi Kun.

Mak Soi Kun: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário:

Estou curioso pelos dois números mencionados pelo Sr. Secretário na apresentação que fez há pouco. Um está relacionado com a implementação do Plano de Concessão de Subsídio para a Educação Gratuita, assim como com a implementação do Plano de Concessão de Subsídio da Melhoria do Rácio Professores/Turma ou do Rácio Alunos/Professores. Queria pedir ao Sr. Secretário informações sobre a forma da atribuição destes subsídios.

Segundo contou o Sr. Secretário há pouco, vai haver uma redução de mais de um bilião e novecentos milhões de patacas, no Orçamento para o Plano de Investimentos e de Despesas de Desenvolvimento da Administração para o ano económico de 2013, em comparação com o Orçamento atribuído à mesma área no ano económico de 2012. Tendo constatado que as despesas para a construção do metro ligeiro são as despesas mais avultadas de todas, ficámos de certo modo surpreendidos com a previsão anunciada, uma vez que a possível modificação do itinerário do metro ligeiro, que pode deixar de passar pela Rua de Londres, causará o aumento das respectivas despesas. Daí que ficamos com a dúvida de que ao

fazer as contas, o Sr. Secretário previu ou não a possibilidade da alteração do itinerário do metro ligeiro.

Queria pedir o esclarecimento do Sr. Secretário no que diz respeito aos dois números acima mencionados.

Obrigado.

Presidente: Sra. Deputada Kwan Tsui Hang.

Kwan Tsui Hang: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Secretário:

Queria focar a minha atenção em alguns aspectos mencionados na Nota Justificativa, nomeadamente na previsão feita relativa à despesa. No terceiro parágrafo da Nota Justificativa, prevêem-se um aumento de 6,8% no orçamento da despesa integrada, e um aumento de 10,9% no orçamento dos organismos especiais. Não percebo porque é que o valor previsto para o orçamento dos organismos especiais é muito maior do que o montante atribuído ao orçamento da despesa integrada. Portanto, queria pedir esclarecimento ao Sr. Secretário.

Tenho também dúvidas com o decréscimo, no próximo ano económico, do Plano de Investimento. Há pouco o Sr. Secretário explicou que ia registar uma diminuição nas verbas injectadas no Projecto da Ilha da Montanha. Apesar disso, sei que um conjunto de obras de construção das infra-estruturas, nomeadamente as obras da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau está em curso. Sendo assim, por que é que se regista decréscimo no Plano de Investimento? Gostaria de saber mais sobre este assunto.

Não obstante o decréscimo registado no Plano de Investimento, no orçamento para o ano económico de 2013, prevê-se que as despesas fixadas sejam em mais de cento e trinta biliões de patacas, sendo as despesas efectivas do Governo de oitenta biliões de patacas. Queria chamar a atenção para o aumento espectacular, que se deu todos os anos, das despesas efectivas do Governo, até ao ponto de atingir mais de oitenta biliões de patacas em 2013 (no ano de 2007, as despesas efectivas do Governo foram menos de vinte biliões de patacas). Claro que não nos devemos esquecer das despesas que visam a implementação das medidas favoráveis à população, as quais, porém, ocupam uma percentagem relativamente reduzida. Observando a mencionada tendência de subida das despesas, a entidade responsável pela gestão financeira sente-se ameaçada pelas possíveis crises económicas? Caso a RAEM deixe de ter tantas receitas, quais são as medidas que o Governo vai tomar para manter o equilíbrio entre as receitas e as despesas? Espero que o Sr. Secretário possa expor as suas ideias quanto à gestão financeira global do Governo da RAEM, inclusivamente na definição do orçamento.

Obrigada.

Presidente: Sr. Deputado Lam Heong Sang.

Lam Heong Sang: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário:

É de facto uma tarefa muito difícil, e que causa grandes dores de cabeça, elaborar um orçamento, fazer a previsão das receitas e

despesas públicas, enquanto não se sabem, com exactidão, o imposto que efectivamente se recebe e a despesa efectiva. Há, no entanto, a necessidade de elaborar a respectiva lei baseando-nos simplesmente nas previsões. De acordo com a apresentação que o Sr. Secretário fez há pouco, o erário público vai atribuir, em 2013, mais de dezoito biliões e cento e setenta milhões de patacas para o melhoramento da qualidade de vida da população, nomeadamente para apoiar a atribuição da pensão de velhice e o subsídio para idosos, para a injeção da verba de activação nas contas individuais do Regime de Poupança Central e para possibilitar a implementação do Plano de Participação Pecuniária. Tenho aqui uma carta verde que todos os residentes de Macau recebem, e que nos informa das despesas previstas no orçamento para o ano económico de 2013, nomeadamente da atribuição de onze biliões e trezentos milhões de patacas ao Fundo de Segurança Social. Analisando esta quantia com atenção, constataremos que mais de um bilião e duzentos milhões de patacas são provenientes das contribuições, as quais correspondem a 1% das receitas dos contribuintes, que quatro biliões e setecentos milhões de patacas vêm dos impostos a cobrar, segundo a previsão, às empresas do jogo, e que cinco biliões são atribuídos mediante Ordem do Chefe do Executivo.

Na análise dos dados supramencionados, não nos podemos esquecer que o sistema do Fundo de Segurança Social é um sistema de saldo, e que o dinheiro injectado serve também para a consolidação do mesmo Fundo, não sendo gasto totalmente no ano de 2013. Assim sendo, mesmo que possamos verificar que o Governo vai lançar dez biliões de patacas para garantir o funcionamento normal do Fundo de Segurança Social, não podemos verificar o dinheiro que se vai gastar efectivamente no ano de 2013, segundo a previsão.

Presto uma atenção especial ao Fundo de Segurança Social por causa das más notícias sobre o mesmo Fundo que se divulgaram recentemente. Quando o FSS pertencia à área de Economia e Finanças, funcionava sempre muito bem. Depois da sua passagem para outra área, falou-se, de repente, da sua falência daqui a cinco anos. Logo depois veio a notícia de que, segundo o respectivo relatório actuarial, o FSS poderá manter o equilíbrio entre as receitas e as despesas até 2062, ano em que o FSS pode contar com um *superavit* de várias centenas de biliões de patacas, se o montante da pensão de velhice se mantiver sempre ao nível das duas mil patacas. O que queria dizer é que, examinando a proposta de lei em discussão, não temos a possibilidade de verificar detalhadamente situações concretas.

É de realçar que na presente reunião, destinada à apreciação e à votação na generalidade da proposta de lei do Orçamento de 2013, só podemos escolher entre votar a favor e votar contra, não tendo possibilidade de pedir ajustamento de aspectos concretos. O problema é que as despesas do Governo se multiplicam todos os anos de forma espectacular, tendo-se registado uma taxa média de crescimento de 27%, desde 2007, até 2013, de acordo com a proposta de lei do Orçamento em apreciação, enquanto durante os mesmos seis anos, a taxa de crescimento das receitas é de 21+%, em média. Isto é, a amplitude de subida das despesas é maior do que a amplitude de subida das receitas. Esta parece-nos uma tendência perigosa. Todavia, o que podemos fazer nas reuniões da Assembleia Legislativa, como por exemplo, na discussão do Orçamento para o próximo ano? No Orçamento em apreciação, está previsto que as despesas públicas totais atingirão, em 2013, mais de oitenta biliões de patacas, ao passo que as receitas serão de cento e trinta e tal biliões de patacas. Parece que devemos estar satisfeitos com o

superavit de cinquenta biliões de patacas (Graças a Deus!) e votar a favor. No entanto, em cumprimento dos nossos deveres, como Deputados, achamo-nos impotentes na vigilância da utilização dos recursos públicos, uma vez que não temos acesso a informações mais concretas sobre o mesmo assunto. Na votação na generalidade, ou votamos a favor, ou votamos contra, ou abtemo-nos de votar. Não podemos, porém, desenvolver discussões sobre aspectos concretos, exprimindo as nossas opiniões e sugestões para os ajustamentos. Tenho a opinião, portanto, de que é defeituoso o regime de apreciação e votação das propostas de lei de orçamentos.

Amanhã iniciar-se-á a discussão relativa às Linhas de Acção Governativa para o ano financeiro de 2013. Vamos voltar a ter o mesmo problema de ignorância da forma segundo a qual os serviços públicos vão gastar dinheiro, assim como da quantidade de dinheiro que estes vão gastar em aspectos concretos. Somos informados apenas da soma das despesas e não dos respectivos detalhes. Esta situação é problemática, especialmente quando se registam aumentos dramáticos das despesas públicas em determinados órgãos governamentais, cuja taxa de crescimento atinge vinte ou trinta por cento, ou até sessenta ou setenta por cento. A minha dúvida é a seguinte: como é que podemos vigiar, em representação dos cidadãos de Macau, a legitimidade dos grandes aumentos das despesas públicas?

Note-se que, de entre as receitas de cento e trinta biliões de patacas, previstas para o ano económico de 2013, mais de noventa e dois biliões de patacas são receitas originárias dos impostos cobrados às empresas do jogo. Claro que a fixação das receitas de noventa e dois biliões e tal de patacas resulta de uma previsão bastante conservadora, uma vez que esta quantia corresponde apenas a um lucro bruto mensal de vinte e dois biliões de patacas. Ora, só o lucro bruto obtido no período compreendido entre Janeiro e Outubro de 2012, atinge duzentos e cinquenta biliões de patacas. Compreendo esta atitude prudente na realização da previsão das receitas. Estou preocupado, porém, com o grande aumento de despesas. Um dia, se as receitas começarem a diminuir, a consequência será grave.

Pelo exposto, queria perguntar se temos a possibilidade de introduzir modificações no presente regime de elaboração e discussão do Orçamento, e quais são os meios de que dispomos para controlar o aumento espectacular das despesas públicas. Com efeito, segundo o actual regime, não podemos verificar aspectos concretos, sobretudo das despesas, antes de proceder à votação. Tomando como exemplo a atribuição de onze biliões e tal de patacas ao Fundo de Segurança Social... este montante pode não ser gasto no próximo ano na sua totalidade, servindo parte dele para a consolidação do mesmo Fundo, o que é claro. Não temos, porém, possibilidade de verificar contas mais concretas. Reitero aqui a necessidade de revisão e modificação do modelo de elaboração do Orçamento, que no momento actual se caracteriza pela carência de descrições sobre aspectos concretos. Devemos, portanto, realizar discussões acerca da possibilidade da sua alteração. Todos os anos, apresentamos à Administração um relatório com as respectivas sugestões, as quais, porém, nunca foram aceites pelo Governo. Será que o modelo adoptado neste momento fornece mais facilidade aos seus elaboradores? Estas são as minhas perguntas.

Presidente: Sra. Deputada Ho Sio Kam.

Ho Sio Kam: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Secretário e demais autoridades presentes,

Caros Colegas:

Queria apresentar duas perguntas, pedindo a explicação do Sr. Secretário. Em primeiro lugar, queria manifestar a minha preocupação com o aumento constante das despesas públicas, nomeadamente com as grandes despesas previstas para o ano de 2013, problema que foi abordado há pouco por outros Deputados. Dizem os chineses: “Não há nenhuma flor que possa durar para sempre”. Como a economia de Macau depende intimamente de factores exteriores, não temos garantia para a manutenção perpétua das mesmas receitas. É importante que se controlem as despesas, por um lado, se garanta o desenvolvimento da RAEM e se melhore a qualidade de vida da população, por outro lado. Penso que na discussão das Linhas de Acção Governativa para o ano financeiro de 2013, na área de Economia e Finanças, podemos desenvolver discussões aprofundadas sobre esta questão. Para já, queria pedir a explicação do Sr. Secretário, sobre as medidas que vamos adoptar para livrar o Governo da RAEM da possibilidade de ocorrência de um *deficit*.

A minha segunda pergunta toca num assunto mais concreto, abordado há pouco por um colega, que é precisamente a concessão do Subsídio para a Educação Gratuita, assim como a concessão do Subsídio da Melhoria do Rácio Professores/Turma e do Rácio Alunos/Professores. Note-se que com a publicação e implementação do Quadro Geral do Pessoal Docente das Escolas Particulares do Ensino Não Superior, há necessidade de redução do número semanal de aulas leccionadas por cada professor, bem como de promover um maior rácio professores/turma, o qual deve passar de 2,1 para 2,7, de modo a melhorar a qualidade de ensino. Com estas alterações, aumenta-se naturalmente o montante do subsídio atribuído pelo Governo às escolas particulares. Queria pedir ao Sr. Secretário para indicar qual é a diferença existente entre o subsídio fornecido em 2012 e o subsídio atribuído em 2013 pela Administração, para a educação gratuita e para a melhoria do rácio professores/turma.

São impecáveis os assessores na área de economia da Assembleia Legislativa, os quais nos proporcionaram um conjunto de números resultantes da comparação das despesas feitas nos anos de 2011 e 2012, por um lado, e das despesas previstas para o ano económico de 2013. Porém, não consigo encontrar o mencionado número. Sendo assim, queria pedir ao Sr. Secretário para esclarecer esta minha dúvida.

Obrigada.

Presidente: Sr. Deputado José Pereira Coutinho.

José Pereira Coutinho: Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Secretário e demais autoridades presentes,

Caros Colegas:

Analisando o Orçamento para o ano económico de 2013, constatar-se-ão valores avultados das despesas públicas, parte das quais visam acrescentar desenhos de flor ao brocado, ou seja, aperfeiçoar algo que já é perfeito, como no caso do Plano de Participação Pecuniária.

Presto atenção, todos os anos, às despesas previstas para a

manutenção do funcionamento da Administração Pública, tendo constatado, este ano, um aumento de 14,1% das respectivas despesas. O grande crescimento das despesas para a Administração Pública começou há muitos anos, com a implementação do plano electrónico do Governo, com a criação de numerosos serviços públicos, e com o recrutamento de grande quantidade de funcionários públicos. Esta situação permanece durante muito tempo e nunca foi corrigida. Como consequência disso, as despesas para o ano de 2013 crescem outra vez.

Há pouco, houve um colega que manifestou a insatisfação com a carência, nos Orçamentos discutidos na Assembleia Legislativa, de informações detalhadas sobretudo sobre as despesas. Eu não pretendo, porém, abordar este aspecto. O que queria chamar a atenção é para as dívidas que as entidades privadas, designadamente a Sociedade do Aeroporto Internacional de Macau, devem pagar ao Governo da RAEM. Como o pagamento das dívidas ao Governo, pelas companhias privadas, tem implicações sobre as receitas públicas, gostaria de mencionar aqui uma dívida de um bilião e setecentos milhões de patacas, contraída pela mencionada Sociedade junto do Governo da RAEM, e registada nas contas de 2011. Não percebo muito bem em que situação é que o Governo emprestou a referida quantia à Sociedade em referência, assim como se faz a previsão sobre estas dívidas, na elaboração do Orçamento para o ano económico de 2013.

Acabei de mencionar duas questões para as quais peço a atenção do Sr. Secretário. Em primeiro lugar, espero que o Sr. Secretário possa exercer o poder que lhe é conferido para impedir a criação excessiva de novos órgãos públicos que não sejam indispensáveis, tais como o Gabinete de Protocolo, Relações Públicas e Assuntos Externos, contra cuja criação, que ocorreu há pouco tempo, muitos Deputados apresentaram protestos. É de realçar que a criação de novos serviços públicos implica o recrutamento de mais trabalhadores para prestarem serviços na Função Pública, os quais o Governo não pode mandar sair quando quiser. Esta é a razão pela qual apelo para a necessidade de a Administração estar alerta para a inconveniência da complexidade da estrutura administrativa, a qual não é melhor do que o gasto de grande quantidade de papéis. Pois não faz sentido que a Administração promova o Governo Electrónico por fins ecológicos, por um lado, e por outro desperdice os recursos públicos, criando excessivamente novos órgãos públicos. Sr. Secretário, peço que controle a situação mencionada, pois não queremos que a Administração cresça todos os anos.

Em segundo lugar, queria pedir ao Sr. Secretário para fornecer informações sobre um bilião e setecentos milhões de patacas que a Sociedade do Aeroporto Internacional de Macau deve ao Governo da RAEM, pois não se trata de uma quantia pequena. O que tenho na mão são informações sobre o ano económico de 2011. Julgo que em 2012 o mesmo assunto evoluiu, porém, não tenho encontrado informações sobre a Sociedade do Aeroporto Internacional de Macau, que é uma designação com bastantes palavras.

Obrigado, Sr. Secretário.

Presidente: Sr. Deputado Chan Wai Chi.

Chan Wai Chi: Obrigado, Sr. Secretário.

Caros Colegas:

Estamos aqui a ouvir a apresentação, feita pelo Sr. Secretário, do

Orçamento para o ano económico de 2013. Tal como nos anos anteriores, não estamos preocupados com a situação financeira da RAEM, uma vez que as receitas do erário público se têm mantido abundantes. No entanto, por detrás da abundância vêem-se problemas, que é precisamente o facto de a grande percentagem das nossas receitas ser proveniente dos impostos cobrados às empresas do jogo, o que foi revelado não só nos orçamentos de 2011 e 2012, mas também no de 2013, ou seja, aquele que estamos a analisar. No Orçamento para o ano económico de 2013, está previsto que as receitas provenientes da indústria do jogo ocuparão uma percentagem de 68,5% em relação à totalidade das receitas.

Com efeito, a diversificação adequada da economia de Macau é fundamental para a estabilidade da estrutura financeira do Governo da RAEM. É da nossa expectativa que o peso das receitas originárias dos impostos do jogo possa diminuir progressivamente. Todavia, a situação é preocupante. Parece-nos que o Governo está a concentrar todo o esforço no desenvolvimento da indústria do jogo, negligenciando a importância no desenvolvimento de outras indústrias, assim como na manutenção do equilíbrio da estrutura financeira. Com a abertura sucessiva de grandes casinos, Macau perdeu-se no meio de uma abundância excepcional, acolhendo grande quantidade de visitantes, atraindo-os a jogar. Nesta situação, é tempo para fazer reflexões profundas, analisando a influência nociva exercida pela liberalização do jogo sobre a sociedade de Macau. O Sr. Secretário é responsável pela elaboração dos Orçamentos. Pedimos-lhe para prestar também muita atenção à diversificação adequada da economia do Território.

O aumento incontrolado do número dos funcionários públicos é outro problema que merece a nossa atenção, problema que foi abordado por alguns colegas há pouco. Não nego totalmente a necessidade de recrutar mais trabalhadores para prestarem serviços na Função Pública, visto que se trata de uma realidade de grande crescimento da quantidade dos residentes e visitantes. Mesmo assim, sublinho a necessidade de respeito pelo princípio de proporcionalidade na contratação de novos funcionários públicos, por forma a garantir o desenvolvimento sustentável e saudável da Administração Pública. É preocupação de muitos Deputados que ocorram na RAEM os mesmos problemas da Grécia, da Espanha e de Portugal, onde há grandes protestos dos funcionários públicos contra o Governo, o que é possível se a economia do Território começar a correr mal, já que é gigantesca a equipa dos funcionários públicos do Governo da RAEM. Os dirigentes governamentais que tenham cuidado ao recrutar mais funcionários e ao fornecer aos funcionários públicos melhores regalias! Devem fazê-lo com precaução, pois têm que ser responsáveis perante estes indivíduos recrutados.

Por fim, queria exprimir a minha opinião sobre os recursos atribuídos para a construção da habitação pública. Na apresentação feita há pouco, o Sr. Secretário mencionou a diminuição, em 48,6%, das verbas atribuídas para o desenvolvimento da habitação pública, em comparação com o ano económico de 2012, o que é natural, pois finalizar-se-ão as obras de construção das dezanove mil fracções da habitação pública. Queria, no entanto, chamar a atenção aos Senhores responsáveis pela elaboração do presente Orçamento, para o facto de que muitos residentes de Macau ainda têm grandes problemas com a habitação. Portanto, na minha opinião, agora não é a altura adequada para a diminuição das despesas destinadas à construção da habitação pública. Antes pelo contrário, a Administração deve atribuir mais recursos financeiros para a implementação das políticas habitacionais que visem o

melhoramento da qualidade de vida da população, que ajudem a diminuir as respectivas pressões, e que ajudem os residentes a adquirir a sua habitação. Se isto não for possível, a Função Pública deve prestar, pelo menos, esforços da mesma intensidade, no sentido de satisfazer as necessidades da habitação pública sentidas pelos residentes de Macau. Espero que o Governo possa construir milhares de edifícios públicos, de modo que os residentes com dificuldades possam viver muito felizes. Se o Governo da RAEM segue realmente o Princípio “ter por base o povo”, deve aceitar esta minha sugestão.

Estas são as opiniões que quero exprimir relativamente à apresentação do Sr. Secretário.

Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Ho Ion Sang.

Ho Ion Sang: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário e demais autoridades presentes,

Caros Colegas:

Estou satisfeito com a relação entre as receitas e as despesas, desenhada há pouco pelo Sr. Secretário, assim como com o *superavit* previsto no Orçamento em discussão. Tendo em consideração a recessão e a recuperação lenta que se verificam na economia mundial, queria perguntar ao Sr. Secretário se o Governo da RAEM já considerou, na elaboração do presente Orçamento, as possíveis influências negativas exercidas pelos factores externos sobre as receitas do Território, o qual se afirma como um centro mundial de turismo e de lazer, e cuja economia depende sobretudo da indústria do jogo.

De entre as receitas previstas para o ano económico de 2013, mais de noventa e dois biliões de patacas são originárias dos impostos cobrados às empresas do jogo, o que representa um aumento de sete biliões e tal de patacas, em comparação com o ano de 2012. De acordo com as Linhas de Acção Governativa, a diversificação adequada da economia de Macau é um dos objectivos mais importantes que o Governo da RAEM pretende alcançar. Os dirigentes governamentais disseram igualmente que introduziriam ajustamentos adequados no ritmo do desenvolvimento da indústria do jogo, de modo que esta se desenvolvesse com ordem. Não sei qual é a atitude do Sr. Secretário para com o desenvolvimento futuro do sector do jogo. O que se pode verificar é a previsão, no Orçamento em análise, do aumento das receitas originárias dos impostos do jogo. Isto significa que no futuro, durante um período bastante prolongado, a economia de Macau vai continuar a depender sobretudo da indústria do jogo? Será que esta é a política definida pelo Governo da RAEM? Se a resposta for positiva, chamo a atenção para a influência dos factores externos sobre as receitas do jogo, e o risco a que a Administração se sujeita quando previu, no Orçamento em referência, uma predominância das receitas originárias dos impostos do jogo, que se sobrepõem sobre outras receitas. Gostaria de saber qual é a capacidade de resistência de Macau, se a mesma indústria correr mal.

É também importante prestar atenção à capacidade de suporte do Território no desenvolvimento do sector turístico, o que foi mencionado pelos colegas na intervenção de antes da Ordem do Dia. É verdade que a emissão do visto individual é favorável para o

desenvolvimento económico de Macau. Porém, só devemos acolher visitantes segundo a nossa capacidade. Foi por esta razão que a região vizinha de Hong Kong assumiu uma atitude cautelosa nos assuntos relativos à entrada na RAEHK dos habitantes de determinadas cidades. Penso que há necessidade de considerar este aspecto, tanto na previsão das receitas originárias da indústria do jogo, como na definição da forma de desenvolvimento de Macau.

No que diz respeito às receitas previstas no Orçamento para o ano económico de 2013, gostaria de fazer uma observação a respeito do aumento, em mais de duzentos e dez milhões de patacas, do imposto sobre veículos motorizados, questão que até ao momento ainda não foi comentada por nenhum Deputado. Trata-se de um crescimento bastante acentuado, uma vez que a totalidade das mesmas receitas é estimada em apenas um bilião de patacas. Sendo assim, queria pedir esclarecimento ao Sr. Secretário sobre a razão que levou as autoridades a fazer a respectiva previsão. Os Senhores pensam que vai haver um aumento acentuado do número de veículos motorizados, ou vai haver um aumento no imposto sobre veículos motorizados? Espero que o Sr. Secretário possa esclarecer a minha dúvida.

Passarei, em seguida, a exprimir as minhas opiniões sobre as receitas previstas. Examinando a lista elaborada segundo funções diferentes, constatei um crescimento de dois dígitos na maioria dos casos. Sendo assim, não sei se há necessidade de voltar a verificar se há espaços para a economia. Pois estamos preocupados com a possível diminuição das receitas, por causa de eventuais influências de factores externos. Não sei se o Governo deve delimitar o aumento das despesas dos diversos serviços públicos, por forma a evitar a subida excessiva dos gastos rígidos, e garantindo o equilíbrio entre as despesas e as receitas públicas. A propósito disso, queria pedir ao Sr. Secretário que explicasse por que é que na maioria dos casos se regista grande aumento de despesas, atingindo-se mesmo vinte e tal por cento nalgumas áreas. Por fim, gostaria de pedir ao Sr. Secretário uma avaliação concisa sobre o Orçamento em discussão. Tendo em conta sobretudo o valor do *superavit*, o Sr. Secretário acha que o presente Orçamento é um Orçamento conservador ou um Orçamento elaborado com precaução?

Obrigado, Sr. Secretário.

Presidente: Sr. Deputado Lee Chong Cheng.

Lee Chong Cheng: Obrigado, Sr. Presidente.

Há pouco, muitos colegas alertaram para a possibilidade de ocorrência de contrariedades no desenvolvimento económico da RAEM, tendo pedido para não ficarmos contentes com a situação actual, e tomarmos medidas preventivas. Penso que estes conselhos foram apresentados, não só ao Sr. Secretário, mas também ao Chefe do Executivo. Recentemente assisti a várias reuniões, e soube que o Sr. Secretário está muito ocupado, porque a Lei de Enquadramento Orçamental vai ser submetida ao processo legislativo. Espero que o respectivo processo possa ser suficientemente transparente, de modo que saibamos as decisões da Administração sobre a realização dos respectivos trabalhos.

O único assunto relativo ao Orçamento em causa, e de que queria pedir esclarecimento, tem a ver com o imposto de selo sobre transmissão de bens imóveis. No Orçamento para o ano económico de 2013, está previsto que o erário público terá uma receita proveniente do imposto de selo sobre transmissão de bens imóveis,

avaliada em um bilião e oitocentos milhões de patacas, o que corresponde a um aumento de um bilião e cento e quarenta e cinco milhões de patacas, em comparação com o ano de 2012. Trata-se portanto de um crescimento bastante acentuado. Gostaria de saber quais são as razões que conduziram à grande diferença entre as receitas originárias do imposto de selo sobre transmissão de bens imóveis, previstas no Orçamento para o ano económico de 2012, e as previstas no Orçamento para o ano de 2013. É assim porque o Governo previu grande quantidade de transacções de bens imóveis em 2013? Ou porque se registou uma grande discrepância entre a respectiva previsão feita em 2012 e a realidade do mercado imobiliário? Ou porque as dez estratégias adoptadas pelo Secretário para os Transportes e Obras Públicas, Lau Si Io, não produziram os efeitos desejados, e portanto a Administração prevê que a especulação no mercado de imóveis da RAEM vai continuar? Queria pedir explicação ao Sr. Secretário sobre o mencionado assunto, já que há necessidade de esclarecer quais são os efeitos produzidos pelas estratégias de combate às actividades especulativas no mercado imobiliário. É de saber que o que está em causa é a qualidade de vida da população, pois os preços dos imóveis estão a subir de tal forma que a maioria dos habitantes de Macau não os pode suportar. Acho que devemos todos reflectir sobre que realidade de Macau está a ser reflectida pelos seguintes dois números: receitas provenientes do imposto de selo sobre transmissão de bens imóveis, avaliadas em um bilião e oitocentos milhões de patacas, por um lado; e por outro, as receitas totais de mais de cento e trinta biliões de patacas.

Se for possível, gostaria de pedir dados sobre o crescimento, nos últimos dez anos, das receitas originárias do imposto de selo sobre transmissão de bens imóveis, tanto o valor previsto, como o montante efectivamente cobrado, de modo a que possamos realizar as respectivas análises.

Muito Obrigado.

Presidente: Bom, depois da intervenção de vários Deputados, vou dar a palavra ao Sr. Secretário Tam, para as respectivas respostas.

Secretário para a Economia e Finanças, Tam Pak Yuen: Obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado pelas perguntas dos Srs. Deputados.

Vou responder às perguntas dos Srs. Deputados de uma forma genérica. O Sr. Deputado Lam Heong Sang tem dúvidas sobre a forma segundo a qual se detectam as falhas existentes no Orçamento, assim como sobre as sugestões que se podem apresentar para o seu aperfeiçoamento. Vários Deputados manifestaram a preocupação com a grande percentagem ocupada pelas receitas provenientes do imposto sobre o jogo, tendo pedido para não ficarmos contentes com a situação actual, e tomarmos medidas preventivas. Houve também um Deputado que me pediu para fazer uma avaliação geral ao Orçamento, inquirindo se se trata de um Orçamento conservador ou um Orçamento elaborado com precaução.

Há pouco, diversos Deputados apontaram para a grande percentagem, de 68,5%, ocupada pelas receitas proveniente da indústria do jogo, segundo a previsão feita no Orçamento para o ano económico de 2013. Para dizer com franqueza, penso que esta situação, isto é, o grande peso do imposto sobre o jogo na totalidade das receitas da RAEM, se vai manter no futuro durante um período bastante prolongado.

Não nego a importância da diversificação adequada da economia para o desenvolvimento sustentável do de Macau. Os Srs. Deputados não podem verificar, no Orçamento em análise, manifestações evidentes dos esforços neste sentido, talvez porque tenhamos adoptado a política fiscal de baixas taxas de imposto, no intuito de estimular o desenvolvimento diversificado da economia de Macau. Com a excepção do imposto do jogo, as taxas do imposto complementar de rendimentos (sobre lucros), definidas pelo Governo da RAEM, e que variam entre 3% e 12%, são as taxas mais baixas na Região em que Macau se insere.

Nos últimos anos, para além da indústria do jogo, que se tem desenvolvido espectacularmente, na RAEM ainda se registam o desenvolvimento satisfatório de outros sectores, tais como o sector hoteleiro, o sector turístico e o sector de venda a retalho. No entanto, por causa da política fiscal de baixas taxas de imposto, que beneficia os diversos sectores económicos da RAEM, com a excepção do sector do jogo, o desenvolvimento destes sectores não se reflecte nas receitas públicas. A fraca contribuição para o erário público destes sectores, em que se tem registado um desenvolvimento bastante rápido, traduz exactamente o esforço que envidámos para a diversificação adequada da economia de Macau.

Os Srs. Deputados também podem verificar, no Orçamento para o ano económico de 2013, que os residentes da RAEM vão continuar a gozar da isenção de vários impostos, a qual o Governo atribuiu, nomeadamente, para o melhoramento da qualidade de vida da população.

Claro que vamos continuar a esforçar-nos pela diversificação adequada da economia do Território, que é, sem dúvida, o nosso grande objectivo no âmbito de desenvolvimento económico. Todavia, para a diminuição do peso das receitas resultantes do funcionamento dos casinos, até ao ponto destas ocuparem apenas uma pequena percentagem relativamente ao valor total das receitas, penso que ainda precisamos de muito mais esforço e tempo para atingir esta finalidade.

No que diz respeito à possibilidade de introduzir modificações no presente regime de elaboração e discussão do Orçamento, o Chefe do Executivo deu instruções claras sobre este aspecto, segundo as quais o futuro regime do Orçamento da RAEM deve ser mais prático, seguro e padronizado. Actualmente, já iniciámos os trabalhos de revisão e modificação da «Lei de Enquadramento Orçamental», a qual será submetida no próximo ano ao respectivo processo legislativo. Esperamos que com a actualização do respectivo regime se possa aumentar a transparência na elaboração do Orçamento, de modo que os Srs. Deputados possam supervisionar os respectivos trabalhos com mais facilidade. Espero que na altura da discussão da mencionada Lei, os Srs. Deputados possam apresentar mais opiniões e sugestões, de modo a tornar o Enquadramento Orçamental o mais perfeito possível.

O Sr. Deputado Mak Soi Kun fez perguntas sobre o Plano de Concessão de Subsídio para a Educação Gratuita. Aqui queria apresentar o nosso agradecimento à Sra. Deputada Ho Sio Kam, que ajudou a explicar o respectivo assunto. Em resposta à mesma Deputada, e no que diz respeito ao Plano de Concessão de Subsídio da Melhoria do Rácio Professores/Turma e do Rácio Alunos/Professores, informo que se regista um aumento de 323%, na previsão feita para o ano económico de 2013, em relação ao valor previsto para o ano de 2012.

Em seguida, vou pedir a vários colegas para responderem às perguntas dos Srs. Deputados, dando mais atenção aos aspectos técnicos.

Presidente: Muito bem...

Sra. Directora, por favor.

Directora dos Serviços de Finanças, Vitória Alice Maria da Conceição: Obrigada, Sr. Presidente.

Há pouco, houve uma Deputada que pediu explicações sobre a diferença entre o valor previsto para as despesas dos organismos especiais e o montante atribuído ao orçamento da despesa integrada. Em relação a esta pergunta, dou a seguinte resposta: os organismos especiais referem-se ao Fundo de Pensões e à Autoridade Monetária de Macau. Segundo a previsão, as despesas do Fundo de Pensões vão aumentar por causa do crescimento do valor das pensões e outros subsídios que se pagam aos funcionários reformados, o qual atingirá, em 2013, novecentos e sessenta e três milhões e setecentas mil patacas.

Em 2013 precisamos de atribuir um orçamento maior à Autoridade Monetária de Macau, uma vez que a mesma vai imprimir, no referido ano, mais de cem milhões de patacas de notas novas.

Em relação ao Fundo de Segurança Social, no ano económico de 2013, vamos atribuir ao FSS um montante de onze biliões e trezentos milhões de patacas, de entre as quais, quatro biliões e duzentos milhões de patacas serão lançados para vários projectos de investimento. Está previsto que em 2013 o Fundo de Segurança Social vai dispor de uma *superavit* de nove mil e quinhentos milhões de patacas, o que se regista no n.º 2, do artigo 4.º, do Orçamento em análise, no qual há referências sobre o saldo orçamental dos Organismos Autónomos para o ano económico de 2013. Aqui, os Organismos Autónomos referem-se ao Fundo de Segurança Social.

Quando fizemos previsões relativas ao imposto de selo sobre transmissão de bens imóveis, e ao imposto sobre veículos motorizados, tomámos como referência as receitas provenientes efectivamente destes impostos em 2011 e 2012. No caso do imposto sobre veículos motorizados, as receitas totalizaram um bilião de patacas em 2011, e mais de novecentos e setenta e oito milhões de patacas até Outubro ou Novembro do ano corrente. Foi assim que fizemos a respectiva previsão.

Vamos fornecer, na discussão do presente Orçamento na respectiva Comissão Permanente, as restantes informações detalhadas pedidas pelos Srs. Deputados.

O empréstimo contraído pela Sociedade do Aeroporto Internacional de Macau, junto do Governo da RAEM, para a construção das pistas no respectivo aeroporto, mencionado há pouco pelo Sr. Deputado José Pereira Coutinho, é registado todos os anos nas respectivas contas. Até 2018, a referida Sociedade deve pagar anualmente ao Governo uma quantia correspondente a vinte e dois milhões e quinhentas mil patacas.

Estas são as respostas que pretendo fornecer.

Secretário para a Economia e Finanças, Tam Pak Yuen: Em seguida vamos pedir ao Director do Gabinete para o Desenvolvimento de Infra-estruturas para responder a algumas

perguntas. Sr. Director, por favor.

Director do Gabinete para o Desenvolvimento de Infra-estruturas, Chan Hon Kit: Obrigado, Sr. Secretário.

Sr. Presidente,

Srs. Deputados:

A Sra. Deputada Kwan Tsui Hang apresentou a sua dúvida em relação ao decréscimo no orçamento para o Plano de Investimentos, mencionando a continuação, no próximo ano, do projecto de construção da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, e do Projecto da Ilha da Montanha. O decréscimo no orçamento para o Plano de Investimentos justifica-se porque as obras de construção do novo *campus* da Universidade de Macau se concluirão praticamente nos finais do ano corrente, ficando o túnel construído no início do próximo ano. Sendo assim, a maioria das despesas são pagas no ano corrente, pois pertence ao Plano de Investimentos do ano de 2012. Visto que no ano de 2013 as respectivas obras não se encontrarão no apogeu do seu desenvolvimento, as despesas serão também muito mais reduzidas.

No respeitante à Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, as despesas para a construção da própria Ponte são partilhadas pelos governos dos três locais, ao passo que a construção do acesso à ponte e do respectivo porto é da responsabilidade de cada um dos governos. Neste momento, ainda se encontram em curso as obras de aterros e de construção da ilha artificial onde se situarão os Postos fronteiriços de Zhuhai e de Macau, as quais só se finalizarão nos finais do próximo ano. Assim, os trabalhos que se podem realizar agora são apenas o desenho das plantas e os restantes preparativos para o arranque das respectivas obras. Logo que o terreno em causa nos for entregue, vamos iniciar imediatamente as respectivas obras de construção. Pelo exposto, no ano económico de 2013 ainda não precisamos de atribuir grande quantidade de verbas para a implementação do respectivo projecto.

O Sr. Deputado Chan Wai Chi manifestou a preocupação com a redução dos recursos atribuídos à construção da habitação pública, prevista no Plano de Investimentos. É de apontar que se finalizarão nos finais do ano corrente vários grandes projectos de construção da habitação pública, tais como os projectos de construção desenvolvidos no terreno TN27 e no terreno em Seac Pai Van, cujas despesas são incluídas no Orçamento para o ano económico de 2012. No próximo ano, vai continuar a realização das obras de construção da habitação pública que já se iniciaram no ano corrente, para além de se começarem as respectivas obras nos Lotes L1 e L2, na Ilha Verde e no terreno na Avenida do Nordeste. Realizar-se-ão igualmente no ano de 2013 os trabalhos de planeamento e de desenho sobre outros terrenos, assim como a abertura dos respectivos concursos públicos e o desenvolvimento das respectivas obras de construção. O sector responsável pelo planeamento da habitação pública está a tentar encontrar terrenos adequados para a construção da habitação pública, por forma a satisfazer as necessidades dos residentes de Macau.

Obrigado.

Secretário para a Economia e Finanças, Tam Pak Yuen: Sr. Presidente:

Queria fornecer mais informações. Há pouco, diversos Deputados

prestaram atenção ao grande aumento das despesas dos órgãos governamentais, destinadas nomeadamente à criação de novos serviços públicos e ao recrutamento de mais funcionários públicos, tendo a Sra. Deputada Kwan Tsui Hang manifestado a preocupação com o aumento dos gastos rígidos, os quais podem ameaçar a estabilidade da estrutura financeira do Governo da RAEM, se as receitas públicas começarem a diminuir. Concordo com a opinião dos Srs. Deputados. Com efeito, nos últimos dois anos os serviços públicos da área de Economia e Finanças têm apresentado, na elaboração do respectivo Orçamento, sugestões sobre as despesas públicas, no desejo de controlar o crescimento das despesas e mantê-las num nível razoável. O aumento é de 6,7%, em relação ao ano de 2012, no valor global das despesas orçamentais referentes ao ano económico de 2013. Vamos continuar a delimitar a respectiva taxa de crescimento, de modo a facilitar o ajustamento quando for necessário.

Nos últimos anos, tem-se registado um aumento espectacular (crescimento anual de dois dígitos) das receitas resultantes do imposto do jogo. Segundo a nossa previsão, nos próximos anos vai haver um abrandamento no desenvolvimento da indústria do jogo, e, como consequência disso, as receitas provenientes do imposto sobre o sector do jogo vão aumentar numa amplitude relativamente reduzida. Tal como apontou um Deputado, no Orçamento para o ano económico de 2013 previmos um lucro bruto mensal de vinte e dois bilhões de patacas. Trata-se de uma previsão bastante cautelosa, uma vez que o lucro bruto mensal obtido no período compreendido entre Janeiro e Outubro de 2012 foi de mais de vinte e quatro bilhões de patacas. Achamos que convém fazermos a previsão com precaução.

Segundo as políticas definidas, na decisão de quaisquer assuntos que impliquem o aumento de despesas públicas, tais como a criação de novos serviços públicos e o recrutamento de mais funcionários públicos, tem que se ouvir a opinião dos serviços públicos na área de Economia e Finanças. Não há dúvida de que vamos apresentar opiniões adequadas.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado José Pereira Coutinho.

José Pereira Coutinho: Obrigado, Sr. Presidente.

Queria apresentar sugestões sobre os dois problemas que abordei há pouco. O primeiro problema é precisamente o aumento, todos os anos, do orçamento das despesas públicas, resultantes designadamente da complexidade da estrutura da Administração. Prestamos sempre uma atenção muito especial à criação de novos serviços públicos e ao recrutamento de mais funcionários públicos, os quais trazem grande peso ao erário público. O Sr. Secretário acabou de realçar que na criação de novos serviços públicos e no recrutamento de novos funcionários públicos tem que se ouvir a opinião da Direcção dos Serviços de Finanças, a qual vai emitir o respectivo parecer segundo o estado financeiro do erário público, o que, porém, acho insuficiente para controlar o aumento das despesas públicas. Claro que neste momento, com a abundância do erário público, podemos suportar as despesas. No entanto, quando a economia começar a correr mal, temos que fazer grande economia. Nesse caso, os gastos rígidos trarão grandes problemas ao equilíbrio entre as receitas públicas e as despesas públicas. Para evitar a ocorrência destes problemas, sugiro que se realizem estudos cuidadosos antes da tomada de decisão para a criação de novos serviços públicos e para o recrutamento de mais funcionários

públicos. Temos que aprender com a lição do Gabinete de Protocolo, Relações Públicas e Assuntos Externos, que foi criado recentemente sem se ouvir a opinião da população nem da Assembleia Legislativa, tendo provocado grandes críticas e protestos.

O outro problema tem a ver com a dívida de um bilião e setecentos milhões de patacas, contraída pela Sociedade do Aeroporto Internacional de Macau junto do Governo da RAEM, dívida essa que, segundo a Sra. Directora, serve para a construção de pistas no aeroporto. Queria saber qual é o sistema de supervisão utilizado para vigiar o funcionamento das treze empresas privadas às quais o Governo da RAEM emprestou dinheiro. É importante saber se estas empresas estão a investir o montante emprestado, e em valor avultado, no desenvolvimento dos respectivos projecto, conforme a promessa feita ao pedirem o dinheiro emprestado. A Administração tem a necessidade de criar o respectivo regime, que vise a supervisão da utilização, por estas empresas, da grande quantidade de dinheiro emprestado do erário público. Parece-me que o Governo só presta atenção ao pagamento, ou não, dos juros por estas empresas. No caso da mencionada Sociedade do Aeroporto Internacional de Macau, para além de verificar se esta Sociedade paga anualmente dezenas de milhões de patacas, o que é que o Governo fez para verificar ainda se o montante emprestado de um bilião e setecentos milhões de patacas foi utilizado efectivamente para a construção das pistas? Na apreciação e votação sobre a proposta de lei do Orçamento, que se realizam anualmente na Assembleia Legislativa, temos o mesmo problema. Não temos nunca acesso a informações sobre os projectos da Função Pública em que se injecta grande quantidade de verbas, nem a informações sobre os pormenores da distribuição dos recursos públicos. Penso que esta situação deve ser melhorada, por forma a concretizar o princípio “Governo transparente”, mencionado pelo Chefe do Executivo.

Ainda em relação à transparência que a Administração deve ter, tive uma experiência negativa ao pedir informações sobre os casos que gozam da isenção do imposto sobre veículos motorizados. O que consegui obter foi apenas o valor envolvido na isenção do referido imposto, pois não me quiseram revelar o nome das companhias que gozavam da mesma regalia. Este é um grande obstáculo, que impede o exercício da minha função como Deputado, nomeadamente a detecção das irregularidades na atribuição de isenção de impostos às companhias privadas. Espero que o Governo da RAEM possa ser mais transparente, fornecendo mais informações aos Deputados, promovendo desta forma uma melhor comunicação entre o Governo e a Assembleia Legislativa.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Mak Soi Kun.

Mak Soi Kun: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário:

Também gostaria de prestar atenção a dois aspectos, um dos quais abordei há pouco. Segundo o Orçamento em discussão, vai haver uma redução de mais de um bilião e novecentos milhões de patacas no Orçamento para o Plano de Investimentos e de Despesas de Desenvolvimento da Administração, para o ano económico de 2013, em comparação com o Orçamento atribuído à mesma área no ano económico de 2012. Como serão atribuídas, em 2013, mais de quatro mil e seiscentos milhões de patacas ao projecto do metro ligeiro, que tem um peso predominante, de entre as instalações e os

equipamentos a construir na área de trânsito e transportes terrestres? Queria saber se a redução de mais de um bilião e novecentos milhões de patacas tem a ver com as modificações a introduzir nas obras do metro ligeiro. Será que o metro ligeiro vai deixar de passar pela Rua de Londres, e passa nas estradas exteriores? Na elaboração do presente Orçamento, quais são as decisões tomadas pelos serviços públicos na área de Transportes e Obras Públicas, e quais são as informações dadas por estes ao Sr. Secretário? A redução de mais de um bilião e novecentos milhões de patacas no Orçamento significa a modificação, ou não, do itinerário do metro ligeiro? A propósito disso, gostaria de pedir o esclarecimento do Sr. Secretário.

O segundo aspecto que queria abordar tem a ver com os numerosos conselhos consultivos. Há pouco, houve colegas que prestaram atenção ao aumento das despesas públicas provocado pela criação de novos órgãos governamentais. No caso dos conselhos consultivos, a questão não é a quantidade de dinheiro que se gasta. O que é importante é medir a relação entre os recursos gastos e os efeitos obtidos. Se estes conselhos puderem ajudar o Governo a definir políticas correctas, vale a pena gastar grande quantidade de dinheiro. Caso contrário, para que servem tantos conselhos consultivos? O ano de 2012 vai terminar. Acho que temos a obrigação de verificar quanto dinheiro foi gasto nos referidos conselhos consultivos. No orçamento para o ano económico de 2013, há uma redução ou um aumento das verbas atribuídas aos mesmos conselhos? Não podemos deixar de verificar o número de reuniões realizadas no âmbito destes conselhos consultivos, se os mesmos apresentaram boas sugestões à Administração. Se continuar a haver falhas nas políticas definidas depois da realização das reuniões e de apresentação das sugestões, há necessidade de verificar o valor da existência destes conselhos.

Sugiro que se faça a comparação entre a situação registada em 2012 e a situação verificada em 2013, em termos do número de reuniões realizadas e dos efeitos conseguidos, com a excepção dos novos conselhos. Acredito que com o estabelecimento deste mecanismo podemos supervisionar o funcionamento destes conselhos de uma forma mais eficiente. A propósito disso, queria pedir a respectiva lista com os pormenores sobre as despesas feitas pelos conselhos consultivos. Não sei se isto é possível.

Obrigado.

Presidente: Sr. Vice-Presidente, por favor.

Ho Iat Seng: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário:

Há pouco, muitos colegas alertaram para a possibilidade de ocorrência de contrariedades no desenvolvimento económico da RAEM, tendo pedido para não ficarmos contentes com a situação actual, e tomarmos medidas preventivas. Concordo com esta opinião e aqui não vou voltar a fazer comentários sobre esta necessidade, pois os chineses têm a tradição de guardar cereais suficientes, os quais nos podem salvar da fome devido à calamidade. Realmente, temos que prestar atenção ao grande aumento das despesas públicas. Para já, não falamos das receitas, as quais não podemos controlar. Quando as receitas chegarem, não podemos fazer nada senão recebê-las. Examinando os Orçamentos de 2010 a 2013, constatar-se-á que as despesas duplicaram. Em 2010, o total das despesas foi de quarenta biliões de patacas; em 2011, as despesas totais foram de quarenta e nove biliões de patacas; as despesas previstas para 2012

são de setenta e sete biliões de patacas; em 2013, as despesas previstas sobem até oitenta e dois biliões de patacas.

Podemos examinar os pormenores para verificar por que é que tem havido um aumento tão acentuado nas despesas...

Presidente: Façam o favor de desligar os telemóveis, que estão a tocar e fazem grande barulho.

Sr. Vice-Presidente, faça o favor de continuar.

Ho Iat Seng: Vamos examinar as pequenas contas. Vou escolher arbitrariamente a conta de uma Direcção de Serviços para o respectivo efeito. Bom, vamos analisar o caso da Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego. Em 2010, a DSAT gastou duzentos e dez milhões de patacas, despesas essas que aumentaram para quinhentos milhões de patacas em 2011; em 2012 as verbas atribuídas duplicaram em relação ao ano anterior; enquanto em 2013, as despesas previstas atingem dois biliões de patacas. É de reparar que o metro ligeiro ainda está em construção. Após a sua entrada em funcionamento, vai haver um aumento espectacular das despesas deste órgão governamental, as quais poderão subir, em 2014, ao nível de quatro biliões de patacas. É realmente surpreendente a passagem, em quatro anos, de duzentos milhões de patacas para dois biliões de patacas. Nestas despesas ainda não estão incluídas as verbas atribuídas para o desenvolvimento dos grandes projectos do PIDDA, os quais são acompanhados pelo Gabinete para o Desenvolvimento de Infra-estruturas. Para piorar a situação, os serviços prestados pela DSAT não são reconhecidos pelos cidadãos.

Sendo assim, sugiro que na discussão do presente Orçamento na Comissão Permanente, peçamos aos funcionários, nomeadamente da DSAT, responsáveis pela elaboração dos respectivos orçamentos, para nos explicarem os pormenores a que não temos acesso olhando para estas listas, uma vez que o item “Outros” implica valores que totalizam mais de cinquenta milhões de patacas. Se forem despesas necessárias, nenhum Deputado vai impedir a sua utilização. No entanto, se se tratar de despesas dispensáveis, convém que os serviços públicos as reduzam, já que a amplitude de crescimento é demasiado grande. Reparem bem que o que falamos não é do aumento de dezenas de milhões de patacas, mas sim da duplicação das despesas, de um ano para o outro, de um bilião para dois biliões. E esta é só a situação de uma Direcção de Serviços, o que é surpreendente.

Todos os Deputados têm na mão um quadro em que podemos verificar, em termos comparativos, as despesas dos quatro anos, de 2010 a 2013. Tomando como exemplo o Estabelecimento Prisional, que tem mil reclusos, em 2010, as despesas totais foram de duzentos e tal milhões de patacas. Porém, em 2013 as despesas previstas sobem para quatrocentos e trinta milhões de patacas, o que significa que por cada recluso o Governo expenderá, no ano referido, quatrocentas e trinta mil patacas de recursos. Estas são ainda despesas previstas para o velho Estabelecimento. Depois de mudar para o novo, ainda vai haver grandes subidas. Não percebo as razões que levam à necessidade de tantas verbas, já que nem o número do pessoal da Prisão pode subir tanto dentro de um período tão curto.

Em resumo, como foi constatado um grande aumento das despesas, de cujos pormenores não temos conhecimento, se for possível, gostaríamos de convidar determinadas Direcções de Serviços para vir à Assembleia Legislativa para dar explicações na Comissão Permanente.

As outras informações que queria pedir ao Sr. Secretário são as informações sobre o número dos trabalhadores que trabalham nos diferentes serviços públicos. O Sr. Secretário facultou-nos dois grandes livros com o respectivo número de funcionários públicos no quadro dos diversos órgãos públicos. No entanto, não temos informações sobre os funcionários que prestam serviços sob o regime de contrato além do quadro. Assim, não podemos fazer uma comparação entre o número dos funcionários e os efeitos obtidos no desenvolvimento dos respectivos trabalhos. Por exemplo, segundo as informações registadas nos referidos livros, o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais tem apenas quinhentos e tal funcionários. Dividindo as despesas previstas para o IACM, por cada funcionário serão atribuídas, em 2013, mais de três milhões de patacas, o que, porém, não corresponde à realidade. Portanto, gostaria de pedir ao Sr. Secretário para nos dar estas informações nas discussões na Comissão Permanente.

Em terceiro lugar, queria prestar atenção à questão do investimento que se faz com a reserva financeira, questão essa que foi discutida em 2011, no âmbito da Comissão Permanente, e na qual o Sr. Secretário aceitou a nossa sugestão, prometendo adoptar medidas eficazes que visem a valorização da reserva financeira. No entanto, examinado o orçamento em apreciação, constatei que se prevê um retorno de menos de 1% para os investimentos feitos com as reservas dos organismos especiais (as instituições de 6M), definindo para o ano de 2013 um *superavit* de mil e oitocentos milhões de patacas (tirando as respectivas despesas, são mil e seiscentos e vinte e três milhões e duzentas e vinte e seis mil e seiscentas patacas). Trata-se de um retorno muito baixo e de uma tarefa de investimento fácil de realizar. Não sei se compreendi mal... Se a Autoridade Monetária de Macau faz parte das instituições de 6M, será que o investimento com os trezentos ou quatrocentos biliões de patacas da reserva financeira só tem este retorno tão baixo? Recentemente o Sr. Deputado Chan Chak Mo abordou este problema num texto muito bem escrito. Queria pedir esclarecimento ao Sr. Secretário sobre o rumo que segue o investimento feito com a reserva financeira, assim como sobre o *superavit* que se pretende ter no próximo ano. Queria perguntar se o Governo vai ser mais exigente quanto ao retorno obtido com o investimento das reservas.

De um modo geral, é claro o Orçamento para o ano económico de 2013, especialmente no que diz respeito aos projectos do PIDDA, nos quais podemos ficar informados dos pormenores sobre as despesas estimadas em mais de dez milhões de patacas, o que não se verifica nas contas de algumas Direcções de Serviços. Examinei as contas de todas as Direcções de Serviços, e verifiquei que, normalmente, grandes despesas são atribuídas ao item “Bens e serviços” (é possível que haja muitos serviços adjudicados) ou de “Outros”. Penso que só os respectivos Directores é que sabem quais são as despesas incluídas nestes dois *itens*. Espero que possamos convidar os representantes de algumas Direcções de Serviços para comparecer nas reuniões da respectiva Comissão Permanente, por forma a dar explicações sobre o grande aumento de despesas previstas para o próximo ano. Sr. Secretário vai aceitar este nosso pedido?

Estas são as opiniões que queria exprimir.

Presidente: Bom, Sr. Secretário, faça o favor de responder às perguntas.

Secretário para a Economia e Finanças, Tam Pak Yuen:

Obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado pelas perguntas dos Srs. Deputados.

O Governo terá muito gosto em dar explicações na Comissão Permanente, como pediram o Vice-Presidente e os diversos Deputados. Em princípio não há nenhuma das informações que não possam ser reveladas à Assembleia Legislativa. Vamos responder a todas as perguntas e fornecer todas as informações pedidas, relacionadas com a apreciação do Orçamento. Reitero que a Administração terá muito prazer em colaborar com a Assembleia Legislativa no desenvolvimento deste trabalho. Os respectivos representantes do Governo vão estar presentes nas reuniões convocadas no âmbito da Comissão Permanente, fornecendo as informações necessárias.

As informações e dados pedidos pelo Sr. Deputado Mak Soi Kun, relativos às despesas previstas para a construção das instalações do trânsito e transportes terrestres, assim como para os conselhos consultivos, serão igualmente proporcionados nas reuniões da Comissão Permanente.

Quanto ao retorno obtido com o investimento da reserva financeira, no Orçamento, o respectivo valor não é registado como uma receita da Autoridade Monetária de Macau. A receita proveniente do investimento está antes incluída na própria reserva financeira, que totaliza cento e tal bilhões de patacas. Claro que se o Vice-Presidente e os Srs. Deputados querem saber o valor da respectiva receita, podemos dar-vos as respectivas explicações.

Em seguida, vou passar a palavra à Sra. Directora, que vai responder às perguntas do Sr. Deputado José Pereira Coutinho.

Presidente: Sra. Directora, por favor.

Directora dos Serviços de Finanças, Vitória Alice Maria da Conceição: Sr. Presidente:

Em resposta à pergunta do Sr. Deputado José Pereira Coutinho, afirmo que o mencionado montante não é atribuído pela Administração para a construção das pistas, é um empréstimo provido à respectiva sociedade no fito de melhorar o nível do respectivo aeroporto, aperfeiçoando as suas instalações. Neste momento, a mesma sociedade está a devolver o dinheiro ao Governo, pagando anualmente uma quantia fixa.

Presidente: Bom... Srs. Deputados:

Se não tiverem mais perguntas a fazer, vamos proceder à votação na generalidade da proposta de lei do Orçamento de 2013. Vamos fazer a votação.

(Votação em curso)

Presidente: Bom... Está aprovada.

Há Deputados que queiram fazer declaração de voto?

Chan Wai Chi: Obrigado, Sr. Presidente.

Srs. representantes do Governo,

Caros Colegas:

Em seguida vou ler a minha declaração de voto referente ao Orçamento para o ano económico de 2013:

No Relatório das Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2013, anuncia-se a adopção, pela Administração, de um conjunto de medidas destinadas ao melhoramento da qualidade de vida da população, prevendo-se grandes receitas no próximo ano, as quais são suficientes para pagar as despesas, para além de poderem permitir um *superavit* de valor considerável. Com a criação do regime de reserva financeira, o estado financeiro do Governo da RAEM está mais do que consolidado. Nesta situação, parece que não temos razão para votar contra a presente proposta de lei. No entanto, votei contra, porque queria alertar para os problemas que se escondem por detrás da prosperidade e da abundância.

São aborrecidas as constantes chamadas de atenção, tal como o são os sinos de alarme que tocam incessantemente. Todavia, se se desligarem ou retirarem estes sinos, pode haver graves consequências e pode implicar o pagamento de altos preços.

De certo modo, podemos comparar a liberalização da indústria do jogo de Macau com a construção da Represa Alta de Assuã, uma barragem egípcia localizada no rio Nilo. Tal como a referida barragem, que beneficia os habitantes que vivem à volta, a liberalização da indústria do jogo traz grandes receitas financeiras à cidade de Macau. A emissão de vistos individuais, por sua vez, permite a confluência na RAEM de grande quantidade de dinheiro, o que anima o Território, estimulando o seu desenvolvimento económico. Contudo, como todos sabem, ao trazer grandes vantagens económicas ao Egipto, a Represa Alta de Assuã provocou também graves problemas ecológicos, prejudicando, designadamente, o ambiente natural ecológico do curso inferior do rio Nilo, até ao ponto da impossibilidade de manter o antigo modelo de produção agrícola.

No caso de Macau, a liberalização da indústria do jogo agravou dramaticamente o desequilíbrio da estrutura financeira do Governo da RAEM, cujas receitas são provenientes sobretudo do imposto sobre o sector do jogo. Na situação de domínio da indústria do jogo, a diversificação adequada da economia de Macau limita-se a ser uma palavra de ordem sem conteúdo. Não obstante a afirmação dos efeitos positivos produzidos pela implementação da mencionada política, feita por algumas personalidades da sociedade de Macau, não podemos negligenciar o preço que Macau e as regiões vizinhas pagam para conseguir estes efeitos. É um facto que a liberalização da indústria do jogo e a emissão de vistos individuais têm influenciado negativamente as referidas sociedades e a moralidade dos seus habitantes.

Analisando o Relatório das Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2013, constatámos outra vez a impotência do Governo da RAEM perante os preços altíssimos dos imóveis e a taxa elevadíssima de inflação. O que a Administração faz é apenas a atribuição de subsídios para aliviar a pressão da vida a que os residentes se sujeitam, não arranjando maneiras para resolver os problemas na sua origem. Com vista a alertar o Governo para a gravidade do problema, votei outra vez contra o Orçamento elaborado pelo Governo. Espero que as autoridades ajustem atempadamente as falhas existentes na Administração, prevenindo a ocorrência de outras ainda mais graves. Para evitar o arruinamento total da RAEM no seu apogeu de desenvolvimento, votei contra na votação relativa à proposta de lei sobre o Orçamento para o ano

económico de 2013, alertando para os perigos existentes.

Sob a aparência da sua prosperidade e abundância, Macau corre o perigo de passar a viver um período pior na sua história. Reparem que isto não é uma chamada de atenção sem fundamento.

Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Lam Heong Sang.

Lam Heong Sang: Sr. Presidente:

Em seguida, vou ler a declaração de voto preparada pela Sra. Deputada Kwan Tsui Hang, pelo Sr. Deputado Lee Chong Cheng e por mim.

Depois da votação na generalidade relativa à proposta de lei do Orçamento de 2013, sentimos a necessidade de declarar a nossa atitude para com o mesmo Orçamento. Perante a previsão de um *superavit* de cinquenta biliões de patacas, e a atribuição de apoio financeiro à implementação de um conjunto de medidas que visam o melhoramento da qualidade de vida da população, a qual implica um montante que totaliza quase dez biliões de patacas, parece que não temos razão para votar contra. No entanto, não foi nada fácil, para nós, a tomada da respectiva decisão na votação. A nossa grande preocupação tem a ver com a subida espectacular das despesas públicas, que se tem registado nos últimos anos. Não obstante o crescimento constante das receitas públicas, resultando do imposto do jogo que se multiplica incessantemente, a amplitude de subida das despesas públicas é maior do que a amplitude de subida das receitas públicas. Em 2007, o dinheiro gasto em despesas públicas foi de dezoito biliões e oitocentos e tal milhões de patacas, quantia essa que cresceu até oitenta e dois biliões e quinhentos milhões de patacas, nas previsões feitas para o ano económico de 2013. Assim, registou-se uma taxa média de crescimento de 27,9%, a contar a partir de 2007, e de acordo com a proposta de lei do Orçamento em apreciação, enquanto no período homólogo a taxa de crescimento das receitas é de 22,12%, em média.

O Governo da RAEM não precisa de pagar as despesas para a defesa nacional, nem de entregar ao Governo Central as suas receitas. Mesmo assim, as despesas públicas crescem fabulosamente, até atingir o valor anual de cento e cinquenta mil patacas *per capita*. Se, por infelicidade, ocorrerem contrariedades, impostas por factores externos ou calamidades naturais, como poderá o Governo, em recessão económica, suportar as grandes despesas públicas?

Pelo exposto, chamamos a atenção para a necessidade de fazer poupança dos recursos públicos, não obstante a abundância do erário público e as grandes receitas públicas. O Governo da RAEM e todos os serviços públicos, a Assembleia Legislativa e as várias camadas da sociedade de Macau, devem fazer uma reflexão profunda, para encontrar formas eficazes que visem a supervisão efectiva dos trabalhos de elaboração do Orçamento, bem como a vigilância rigorosa da utilização dos recursos públicos pela Administração. Devemos enviar esforços em conjunto, para a criação de um conjunto de regimes e mecanismos capazes de delimitar adequadamente o crescimento da despesa pública, e aptos para garantir a sustentabilidade do desenvolvimento socioeconómico de Macau. As autoridades e a sociedade de Macau têm que estar alerta para a necessidade de controlar as grandes despesas públicas, não se satisfazendo com a situação actual, tomando medidas preventivas, e estando conscientes da dificuldade em fazer a poupança enquanto as

receitas são de valor avultado. Reitero que é urgente criar um regime e uma atmosfera de economia que obriguem à racionalidade no gasto dos recursos públicos, combatendo a pompa e a dissipação. Por fim, sublinho a importância de procurar, na elaboração dos orçamentos, o equilíbrio entre a economia, a eficácia e a eficiência.

Obrigado.

Presidente: Bom... Sr. Secretário, Srs. Deputados:

Terminámos aqui o tratamento da primeira matéria agendada para a reunião de hoje, que é precisamente a apreciação e a votação na generalidade da proposta de lei do Orçamento para o ano económico de 2013, a qual vai ser apreciada na especialidade na respectiva Comissão Permanente.

Vamos fazer um intervalo de quinze minutos.

(Intervalo)

Presidente: Sra. Secretária e demais autoridades presentes,

Srs. Deputados:

Vamos continuar a reunião.

Vamos começar a tratar da segunda matéria agendada para a reunião de hoje, que é a análise e discussão da proposta de lei intitulada “Estabelece as normas fundamentais para a aplicação do direito da Região Administrativa Especial de Macau no novo *campus* da Universidade de Macau na Ilha de Hengqin”.

Passarei, em seguida, a palavra à Sra. Secretária, que vai fazer a apresentação da referida proposta de lei.

Sra. Secretária, por favor.

Secretária para a Administração e Justiça, Florinda Chan:
Exmo. Sr. Presidente,

Exmos. Srs. Deputados:

Vou apresentar à Assembleia Legislativa a proposta de lei que “Estabelece as normas fundamentais para a aplicação do direito da RAEM no novo *campus* da Universidade de Macau na Ilha de Hengqin”.

A Decisão do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional da República Popular da China, relativa à delegação de poderes na RAEM para o exercício de jurisdição no novo *campus* da Universidade de Macau, a instalar na Ilha de Hengqin, adoptada em 27 de Junho de 2009, delega poderes na RAEM para o exercício de jurisdição de acordo com o direito da RAEM, a partir do dia da inauguração do novo *campus* da Universidade de Macau. Tendo em conta o estatuto constitucional do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional da República Popular da China, a sua Decisão tem, indubitavelmente, força jurídica na RAEM, para além de constituir um fundamento constitucional para a elaboração da presente lei. Através do Aviso do Chefe do Executivo n.º 19/2009, a Decisão já foi publicada no Boletim Oficial da RAEM de 31 de Agosto de 2009.

De acordo com a Decisão de delegação de poderes do Comité

Permanente da Assembleia Popular Nacional da República Popular da China, é estendida a aplicação do direito da RAEM ao novo *campus* da UM, pelo que é necessário proceder à correspondente articulação, incluindo a regulamentação específica para determinada matéria, como por exemplo, caso o direito da RAEM preveja diferentes disposições consoante as diferentes áreas territoriais, deve indicar a que área territorial pertence o novo *campus* da UM, bem como se deve determinar se o âmbito territorial dos contratos privados inclui ou não o novo *campus* da UM, entre outros. Por conseguinte, para dar seguimento à Decisão de delegação de poderes do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional da República Popular da China, é necessário que a RAEM proceda à legislação, no sentido de pôr em prática o exercício da sua jurisdição no novo *campus* da UM, o que se deve à natureza específica da jurisdição do novo *campus* da UM e à exigência da concretização da Decisão de delegação de poderes da Assembleia Popular Nacional da República Popular da China.

Uma vez que a presente proposta de lei se fundamenta na Decisão do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional da República Popular da China e diz respeito ao relacionamento entre o Governo Central e a RAEM, no percurso da sua elaboração foram auscultados amplamente os serviços competentes do Governo Central.

De acordo com a demarcação dos limites determinada pela «Resposta Oficial do Conselho de Estado respeitante aos limites do novo *campus* da Universidade de Macau na Ilha de Hengqin», foi publicada a planta cadastral do novo *campus* da UM, em 13 de Agosto de 2012, pelo Despacho do Chefe do Executivo n.º 218/2012. O novo *campus* da UM referido na presente proposta de lei corresponde à área delimitada pela mesma planta cadastral. (*N.º 1, do artigo 2.º*)

Para concretizar as disposições relativas ao exercício de jurisdição no novo *campus* da UM, de acordo com o direito da RAEM, a presente proposta de lei propõe que a partir do dia da inauguração do novo *campus* da UM, e até expirar o prazo do direito de uso do terreno adquirido por arrendamento, aplica-se ao novo *campus* da UM o direito da RAEM. (*N.º 1, do artigo 3.º*). Quanto à data da inauguração do novo *campus* da UM, propõe-se que seja fixada por despacho do Chefe do Executivo, a publicar no Boletim Oficial da RAEM. (*N.º 2, do artigo 2.º*)

Para efeitos de aplicação do direito da RAEM ao novo *campus* da UM, propõe-se que este é considerado como localizado no território da RAEM. (*N.º 2, do artigo 3.º*)

A presente proposta de lei define claramente o âmbito de eficácia dos actos jurídicos, propondo que a partir do dia da inauguração do novo *campus* da UM e até expirar o prazo do direito de uso do terreno adquirido por arrendamento, considera-se que o âmbito territorial de aplicação de decisões judiciais, actos administrativos, contratos administrativos, contratos de direito privado ou demais actos jurídicos que continuem a produzir efeitos, abrange o novo *campus* da UM, independentemente de os mesmos terem sido praticados antes ou depois do dia da inauguração do novo *campus* da UM. (*Artigo 4.º*)

Termino aqui a minha apresentação.

Muito obrigada ao Sr. Presidente. Muito obrigada aos Srs. Deputados.

Presidente: Há Deputados que queiram fazer perguntas ou queiram exprimir as suas opiniões?

Sr. Deputado Mak Soi Kun.

Mak Soi Kun: Obrigado, Sr. Presidente.

Sra. Secretária,

Caros Colegas:

Tenho uma pequena dúvida sobre a proposta de lei, e gostaria de pedir o respectivo esclarecimento. Segundo a apresentação feita, há pouco, pela Sra. Secretária, o Governo da RAEM exerce jurisdição no novo *campus* da UM Universidade de Macau, cuja área é delimitada pela respectiva planta cadastral. Fui aos restaurantes na Ilha da Montanha nos últimos dias e reparei na existência de um muro, que separa a área de jurisdição do Governo da RAEM e Hengqin, de Zhuhai. Imaginem que um carro chocou no muro e o fez cair, tendo um estudante universitário sido ferido pelo muro caído. Nesta situação, qual é a legislação que se aplica? É diferente o caso do Posto Alfandegário das Portas do Cerco, onde existe uma zona não governada por ninguém, com uma linha amarela em frente dos Serviços de Migração. Os acidentes de viação ocorridos na zona entre o Porto de Gongbei e a referida linha amarela são tratados pelos agentes de segurança pública da RPC, enquanto os agentes do CPSP do Governo da RAEM tratam dos acidentes ocorridos do outro lado da linha amarela. Portanto, há regras muito claras na aplicação das diferentes legislações. Queria perguntar qual é a legislação segundo a qual deve ser castigado o condutor culpado, mencionado no exemplo que acabei de apresentar. Fiz esta pergunta porque não quero que existam zonas cinzentas na lei em discussão. Parece-me que no caso da Ilha da Montanha não existe uma zona de protecção, ou seja, uma zona não governada por ninguém, como há no caso do Posto Alfandegário das Postas do Cerco.

Obrigado.

Presidente: Sr. Director, por favor.

Director dos Serviços dos Assuntos de Justiça, Cheong Weng Chon: Obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado pelas perguntas do Sr. Deputado Mak Soi Kun.

De acordo com a Decisão da Assembleia Popular Nacional da República Popular da China, o Governo da RAEM exerce jurisdição no novo *campus* da Universidade de Macau, cuja área é delimitada pela planta cadastral, publicada no respectivo Boletim Oficial da RAEM, o que foi explicado pela Sra. Secretária na apresentação que fez há pouco. A área fora do *campus* da Universidade de Macau é administrada pela cidade de Zhuhai.

O Sr. Deputado Mak Soi Kun acabou de apresentar um exemplo, em que um carro chocou no muro e o fez cair, tendo um estudante universitário sido ferido pelo muro caído. O mesmo Deputado perguntou qual é a legislação que se aplica no referido caso. Esta situação não vai acontecer agora, porque o muro ainda está em construção. Quando o muro estiver construído, vai haver uma zona de protecção aonde os carros não têm acesso. Fique descansado o Sr. Deputado Mak Soi Kun. Se a Assembleia Popular Nacional da República Popular da China decidiu a separação na administração,

vão-se tomar medidas fronteiriças para os mesmos efeitos. Sendo assim, nunca ocorrerão acidentes como o que mencionou.

Presidente: Os Srs. Deputados querem fazer mais perguntas e exprimir mais opiniões? Se não houver, vamos fazer a votação na generalidade da proposta de lei em causa. Vamos fazer a votação na generalidade.

(Votação em curso)

Presidente: Está aprovada.

Há Deputados que queiram fazer declaração de voto? Não?

Agradeço a presença da Sra. Secretária e dos seus colaboradores na reunião de hoje.

Terminamos aqui o tratamento das duas matérias agendadas para hoje. Declaro encerrada a sessão.

Intérpretes-Tradutores: Gabinete de Tradução

Redactores: Gabinete de Registo e Redacção

